



RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA

SUMÁRIO

03 APRESENTAÇÃO

04 MENSAGEM DO CONTROLADOR-GERAL

05 INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE

- 06 QUEM SOMOS – NOSSA HISTÓRIA, PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES, NORMAS E REGULAMENTO
- 09 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 10 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

11 REFERENCIAL ESTRATÉGICO

- 12 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 14 MAPA ESTRATÉGICO
- 14 MODELO DE NEGÓCIO
- 15 PRINCIPAIS ATIVIDADES
- 16 VALOR PÚBLICO GERADO

19 PRINCIPAIS RESULTADOS

- 19 RESULTADOS DO PROGRAMA 1005 – COMPLIANCE PÚBLICO
AÇÃO 2006 CONTROLE E CORREIÇÃO
- 23 RESULTADOS DO PROGRAMA 1013 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
AÇÃO 2050 - GOVERNO ABERTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
- 28 RESULTADOS DO PROGRAMA 4200 – GESTÃO E MANUTENÇÃO
AÇÃO 4243 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES
- 28 RESULTADOS DO PROGRAMA 4100 – ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
AÇÃO 4144 - FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS

29 TEMAS TRANSVERSAIS

- 30 PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE GOIÁS (PCP)
- 34 PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO MUNICIPAL (PCM)

35 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS

- 36 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO
- 41 IMPACTO DA FOLHA DE PAGAMENTO NO CUSTO DOS PROGRAMAS
- 42 DESEMPENHO FINANCEIRO
- 43 DESEMPENHO PATRIMONIAL
- 45 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

46 OUTROS TEMAS RELEVANTES

- 47 GESTÃO DE PESSOAS
- 50 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
- 50 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- 50 GESTÃO DO CONHECIMENTO
- 52 CARTA DE SERVIÇOS
- 52 DECISÕES EXPEDIDAS – ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO
- 53 ROL DE RESPONSÁVEIS

54 CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO

Este relatório de Gestão de Gestão Anual (Relatório Simplificado), tem o objetivo de apresentar, aos órgãos de controle interno e externo, e à sociedade, a prestação de contas das atividades da Controladoria Geral do Estado de Goiás – CGE, demonstrando a estratégia e os resultados alcançados no exercício de 2022.

Foi elaborado nos termos da Resolução Normativa TCE nº 5/2018, com alterações promovidas pela Resolução Normativa TCE nº 3/2022.

Utilizamos uma linguagem amigável e concisa, incluindo definições de terminologias utilizadas nas informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais.



MENSAGEM DO CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

É com grande satisfação que apresentamos os resultados alcançados em 2022. Pautados por nossos valores, desempenhamos com sinergia e inteligência corporativa a missão de aprimorar a Gestão Pública Estadual com a melhoria do controle interno, fortalecimento da integridade, consolidação da transparência e participação ativa do cidadão.

Foi um ano de muitas conquistas, entre elas, celebramos a certificação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) no nível 2 do Modelo de Capacidade de Controle Interno (IA-CM), concedido pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e pelo Banco Mundial (Bird). A CGE Goiás é a segunda Controladoria brasileira a alcançar o certificado. No Brasil, até então, somente a Controladoria do Distrito Federal havia alcançado o nível 2 do IA-CM.

Seguimos com nosso Plano Operacional das Ações de Controle (POAC), um instrumento gerencial implantado desde 2020, que direciona as ações de inspeções e auditorias a serem realizadas pela Controladoria ao longo de cada ano. O foco do trabalho de inspeção tem como principal objetivo melhorar o serviço público e que a sociedade possa ter cada vez mais certeza de que os recursos gerados com seus impostos são bem empregados para promover a melhoria da qualidade de vida da população.

No quesito Fortalecimento da Integridade e Consolidação da Transparência, comemoramos o 1º lugar no Ranking do Programa de Compliance Público que está em sua 4ª edição, quando a CGE atingiu 91,38 % dos quesitos avaliados pelo ranking tornando-se a primeira colocada, embora seja considerada “fora da competição”, por ser a organizadora da avaliação. Em 2019, 21 órgãos participaram. Em 2022, 45 pastas foram avaliadas.

Os ótimos resultados do Compliance Estadual fizeram com que a CGE aceitasse o desafio apresentado pelo governador Ronaldo Caiado para replicar nos municípios as boas práticas que têm causado tanto impacto no Poder Executivo goiano. Nesse contexto foi criado, em 2022 o Programa de Compliance Público Municipal, coordenado pela CGE, com o apoio da Goiás Fomento e da Federação Goiana dos Municípios (FGM).

Coordenamos o projeto do 4º Prêmio Goiás Mais Transparente – Edição 2022, que contou com a participação de todos os órgãos do Poder Executivo, que a cada ano investem em melhorias e em inovação dos portais de transparência. Os avanços registrados ao longo das quatro edições do Prêmio Goiás Mais Transparente refletiram na prestação de dados mais completos e confiáveis da administração estadual para a consulta de jornalistas, pesquisadores e da comunidade em geral.

Temos também o Ranking de Transparência das Organizações Sociais (OS), um projeto inovador que surgiu em 2019, visando promover a total transparência das páginas de acesso à informação dos contratos de gestão firmados pelo governo de Goiás. O foco foi direcionado a um setor do Estado que executa recursos de mais de R\$ 3 bilhões por ano e que atende um aspecto vital da sociedade.

Para comemorar os dez anos de vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), foi lançado em maio, numa audiência pública no Congresso Nacional, o livro “Lei de Acesso à Informação: itinerário de pesquisas, legados e perspectivas”. Após uma difícil seleção que avaliou trabalhos de todo o país, três artigos que detalham a execução e os resultados dos projetos da CGE, voltados à ouvidoria e à transparência, foram escolhidos para compor o livro, o que nos enche de orgulho por demonstrar o trabalho consistente e inovador que realizamos nessa área.

No quesito Ouvidoria, disponibilizamos à sociedade em 2022, o Painel de Dados Estatísticos da Ouvidoria-Geral do Estado, fruto de parceria com o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). O painel contribui com a transparência da gestão pública ao garantir à sociedade acesso e acompanhamento às principais demandas do Sistema de Ouvidoria.

No desempenho das atividades ligadas ao Controle Social, tiveram destaque a continuidade dos Projetos Estudantes de Atitude e Embaixadores da Cidadania, que estão em sua 3ª edição, impactando diretamente mais de 20 mil alunos em 2022, evidenciando o sucesso desses dois projetos.

Não poderíamos, por fim, deixar de mencionar nosso projeto Integra CGE, que tem como objetivo tornar o ambiente de trabalho mais motivador, saudável e prazeroso, desenvolvendo os valores de humanidade, sensibilidade de forma a promover o bem-estar, satisfação, felicidade e a criatividade de nossos servidores, que constituem o bem mais valioso que possuímos.

Ressaltamos que este Relatório foi elaborado com a participação de todas as unidades da estrutura organizacional da CGE

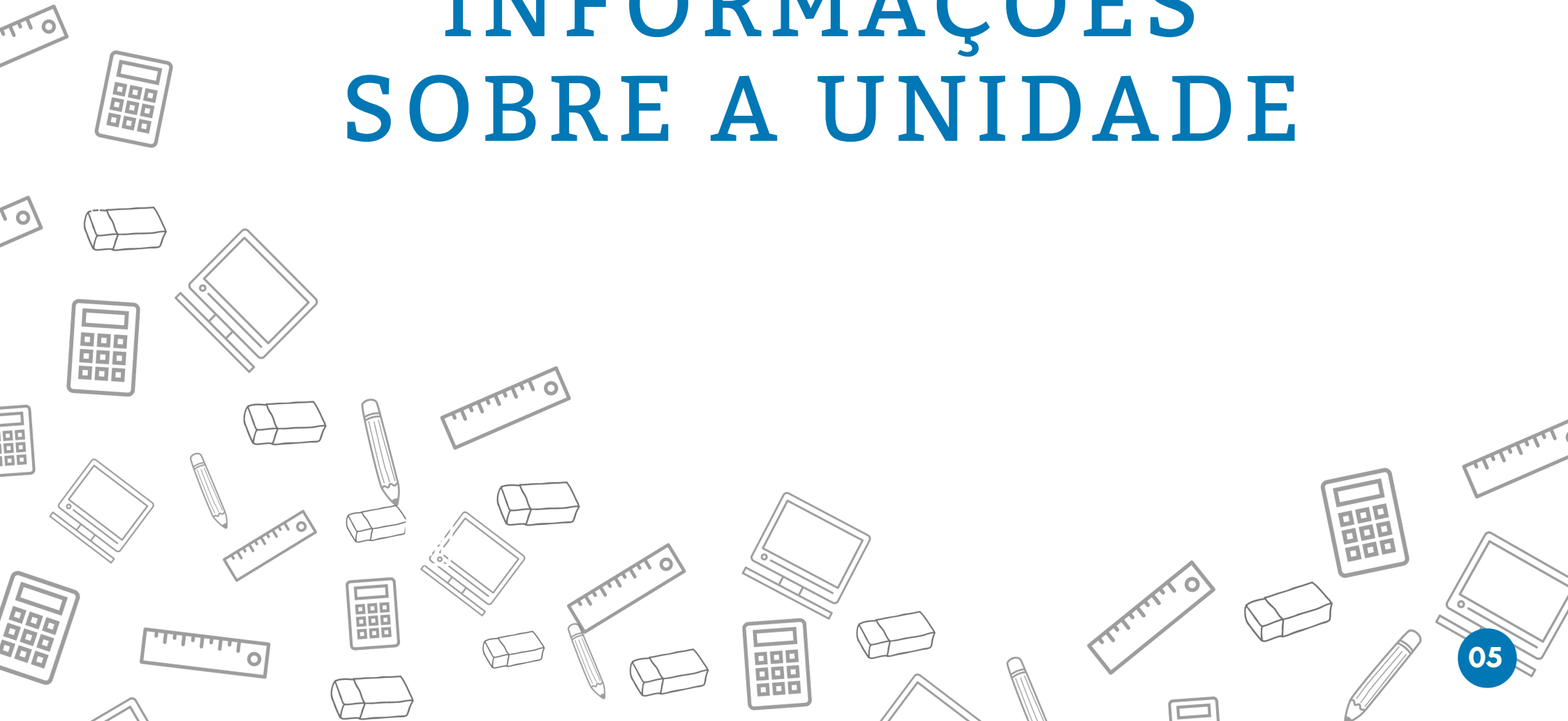
Declaramos a veracidade e integralidade das informações apresentadas.

Atenciosamente,

Henrique Moraes Ziller

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE



QUEM SOMOS



MISSÃO

Aprimorar a gestão pública estadual com a melhoria do controle interno, fortalecimento da integridade, consolidação da transparência e participação ativa do cidadão.



VISÃO

Ser reconhecida como organização essencial para uma gestão pública íntegra, efetiva, transparente e participativa.



VALORES

Foco no cidadão;
Integridade;
Profissionalismo;
Efetividade;
Humanidade;



A CGE é um órgão permanente da administração direta do Estado de Goiás, diretamente vinculado ao Chefe do Poder Executivo.

Como Órgão Central de Controle Interno, a CGE é responsável pela assistência ao Governador no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e às providências que sejam atinentes à atividade de controle interno, à defesa do patrimônio público, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão e do controle social no âmbito da administração pública estadual.

A condição de órgão permanente* da administração direta foi uma grande conquista desta gestão, que veio com a Lei nº 20.986 de 06 de abril de 2021 - Lei Orgânica da CGE, contemplando as finalidades previstas no art. 74, incisos I a IV, da Constituição federal e art. 29, incisos I a IV da Constituição estadual.

**Os órgãos permanentes são aqueles que existem de forma contínua e têm atribuições e competências estabelecidas em lei. Eles não são criados ou extintos a cada novo governo ou gestão. Esses órgãos têm estabilidade institucional e desempenham funções essenciais para o funcionamento do Estado.*

Esta lei definiu as estruturas administrativas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, composto pela CGE na condição do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, e pelas Assessorias de Controle Interno, pertencentes à estrutura administrativa dos órgãos e das entidades do Poder Executivo.

Anterior à aprovação da Lei Orgânica da CGE, a atividade de controle interno passou por diversas alterações na sua estrutura, a depender do governo que assumia a gestão do Estado, passando por vezes, da condição de órgão da administração direta, para uma unidade pertencente a algum órgão do Poder Executivo (Secretaria da Fazenda (1996); Procuradoria Geral do Estado - PGE (1998); Secretaria da Fazenda (2008).

O primeiro ato de estruturação do sistema de controle interno do Poder Executivo que se tem notícia no Estado de Goiás, veio com a Lei nº 10.502 de 09 de maio de 1988, que criou, integrando o Gabinete do Governador, a Auditoria Geral do Estado e o cargo de Auditor Geral do Estado. As competências só foram definidas em 20 de junho de 1991, por meio do Decreto nº 3.653. À Auditoria Geral do Estado competia a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, no que se referiam à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

Em 1996, o Decreto 4.622 outorgou provisoriamente a Secretaria da Fazenda a competência para inspecionar os empenhos e pagamentos despesas, para efeito de certificar a legalidade de cada ato, até que fosse organizado de forma integrada o sistema de controle interno dos Poderes constituídos do Estado.

Em 1998, as atribuições de controle interno ficaram sob a responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado - PGE, por meio do Decreto 4.951 de 11 de setembro de 1998.

Em 03 de janeiro de 2001, a Lei nº 13.782 introduziu modificações na organização administrativa do Poder Executivo, criando como órgão do Poder Executivo Estadual o Gabinete de Controle Interno - GEGONI, integrado a Governadoria.

Em 2008 a Lei 16.272 estabeleceu nova organização administrativa do Poder Executivo, não mantendo em sua estrutura o Gabinete de Controle Interno - GEGONI, ficando, portanto, extinto e suas atividades atribuídas a uma Superintendência de Controle Interno pertencente a estrutura da Secretaria da Fazenda.

Em 25 de janeiro de 2011 a Lei nº 17.257 criou a Controladoria Geral do Estado - CGE, como órgão do poder executivo integrado a Governadoria.

A partir de então, os governos que vieram a assumir a administração do Estado editaram suas leis de organização do Poder Executivo, mantendo a CGE como órgão integrado à Governadoria. A regulamentação ocorreu em 2019, com o Decreto nº 9.543/2019, alterado pelo Decreto nº 9.792/2021.

Em 2014, a Lei 18.441 Institui o Quadro Permanente de Pessoal da Controladoria-Geral do Estado, integrado por 150 (cento e cinquenta) cargos efetivos de Gestor de Finanças e Controle, previstos no Anexo Único da Lei nº 13.902 de 04 de setembro de 2001.

No ano de 2021 a CGE se consolidou como órgão permanente da administração direta, fortalecendo em definitivo as atividades de controle interno no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Importante destacar que desde o ano de sua criação, em 2011, a CGE envia sua prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, estando aprovadas todas as contas do ano de 2011 até o ano de 2021.

1988

Lei 10.502/1988

Art.14 - Fica criada, integrando o Lei 10.502/1998
Art.14 - Fica criada, integrando o Gabinete do Governador a Auditoria Geral do Estado e o Cargo de Auditor Geral do Estado.

1991

Decreto nº 3.653/1991

Fixa as competências da Auditoria Geral do Estado.

1996

Decreto nº 4.622/1996

Outorga provisoriamente a Secretaria da Fazenda - Sefaz, competência para inspecionar os empenhos e pagamentos até a organização de forma integrada do Sistema de Controle Interno dos Poderes constituídos do Estado.

1998

Decreto nº 4.951/1998

As atribuições da extinta Coordenação do Sistema de Controle Interno (Sefaz) ficam sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Lei 13.782/2001

Introduz modificações na organização administrativa do Poder Executivo
Cria o Gabinete de Controle Interno - GECONI, integrado a Governadoria.

2008

Lei 16.272/2008

Introduz modificações na organização administrativa do Poder Executivo
Cria uma Superintendência de Controle Interno na estrutura da Sefaz.

Não contempla o GECONI, de forma que o mesmo foi extinto

2011

Lei 17.257/2011

Introduz modificações na organização administrativa do Poder Executivo
Cria a Controladoria-Geral do Estado, integrada a Governadoria.

2014

Lei 18.441/2014

Institui o Quadro Permanente de Pessoal da Controladoria-Geral do Estado
Integrado por 150 cargos efetivos de Gestor de Finanças e Controle

2019

Decreto nº 9.543/2019
Aprova o Regulamento da Controladoria-Geral do Estado

2021

Decreto nº 9.792/2021

Altera o Regulamento da Controladoria-Geral do Estado, aprovado pelo Decreto nº 9.543, de 23 de outubro de 2019.

2021

Lei 20.986/2021

Lei Orgânica da CGE
Eleva a CGE a condição de órgão permanente da administração direta do Estado de Goiás.
Define as estruturas administrativas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Regulamento da Controladoria-Geral do Estado, aprovado pelo Decreto nº 9.543, de 23 de outubro de 2019¹, e alterado pelo Decreto Nº 9.792, de 21 de janeiro de 2021² prevê no Título III, da Estrutura Organizacional, as unidades administrativas que constituem a estrutura básica e complementar da Controladoria-Geral do Estado:

- Órgãos Colegiados: Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;

II - Unidades da estrutura:

a) Gabinete do Chefe da Controladoria-Geral do Estado:

1. Chefia de Gabinete; 2. Procuradoria Setorial; 3. Comunicação Setorial;
4. Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica.

b) Superintendência de Gestão Integrada:

1. Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; 2. Gerência de Execução Orçamentária e Financeira; 3. Gerência de Compras e Apoio Administrativo; 4. Gerência de Tecnologia; 5. Assessoria Contábil.

c) Subcontroladoria de Controle Interno e Correição:

c.1) Assessoria de Inteligência em Controle Interno;

c.2) Superintendência de Auditoria:

1. Gerência de Auditoria em Compliance; 2. Gerência de Auditoria de Monitoramento; 3. Gerência de Auditoria de Programas de Governo.

c.3) Superintendência de Inspeção:

1. Gerência de Inspeção Preventiva e de Fiscalização; 2. Gerência de Inspeção de Contas; 3. Gerência de Inspeção de Pessoal.

c.4) Superintendência de Correição Administrativa:

1. Gerência de Resolução Consensual de Conflitos; 2. Gerência de Acompanhamento de Processo Disciplinar; 3. Gerência de Processo

Administrativo

- de Responsabilização de Fornecedores; 4. Gerência de Supervisão do Sistema de Correição.

d) Subcontroladoria de Governo Aberto e Participação Cidadã³ (anteriormente, Subcontroladoria de Transparência, Controle Social e Ouvidoria):

d.1) Superintendência de Governo Aberto⁴ (anteriormente, Superintendência de Transparência);

1. Gerência de Acesso à Informação⁵ (anteriormente, Gerência de Transparência Ativa); 2. Gerência de Disseminação de Dados Públicos⁶ (anteriormente, Gerência da transparência passiva).

d.2) Superintendência de Participação Cidadã⁷ (anteriormente, Superintendência de Controle Social e Ouvidoria): 1. Gerência de Controle Social; 2. Gerência de Ouvidoria.

A Controladoria Geral do Estado de Goiás, com a colaboração de representantes das unidades da CGE e com a orientação da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), construiu em outubro de 2019, três importantes norteadores de Gestão Estratégica para o quadriênio 2020-2023, a saber: Modelo de Negócios, Arquitetura de Processos e Cadeia de Valor.

1- [Decreto no 9.543/2019.](#)

2- [Decreto no 9.792/2021.](#)

3- Nova intitulação dada pela [Lei 20.820/2020.](#)

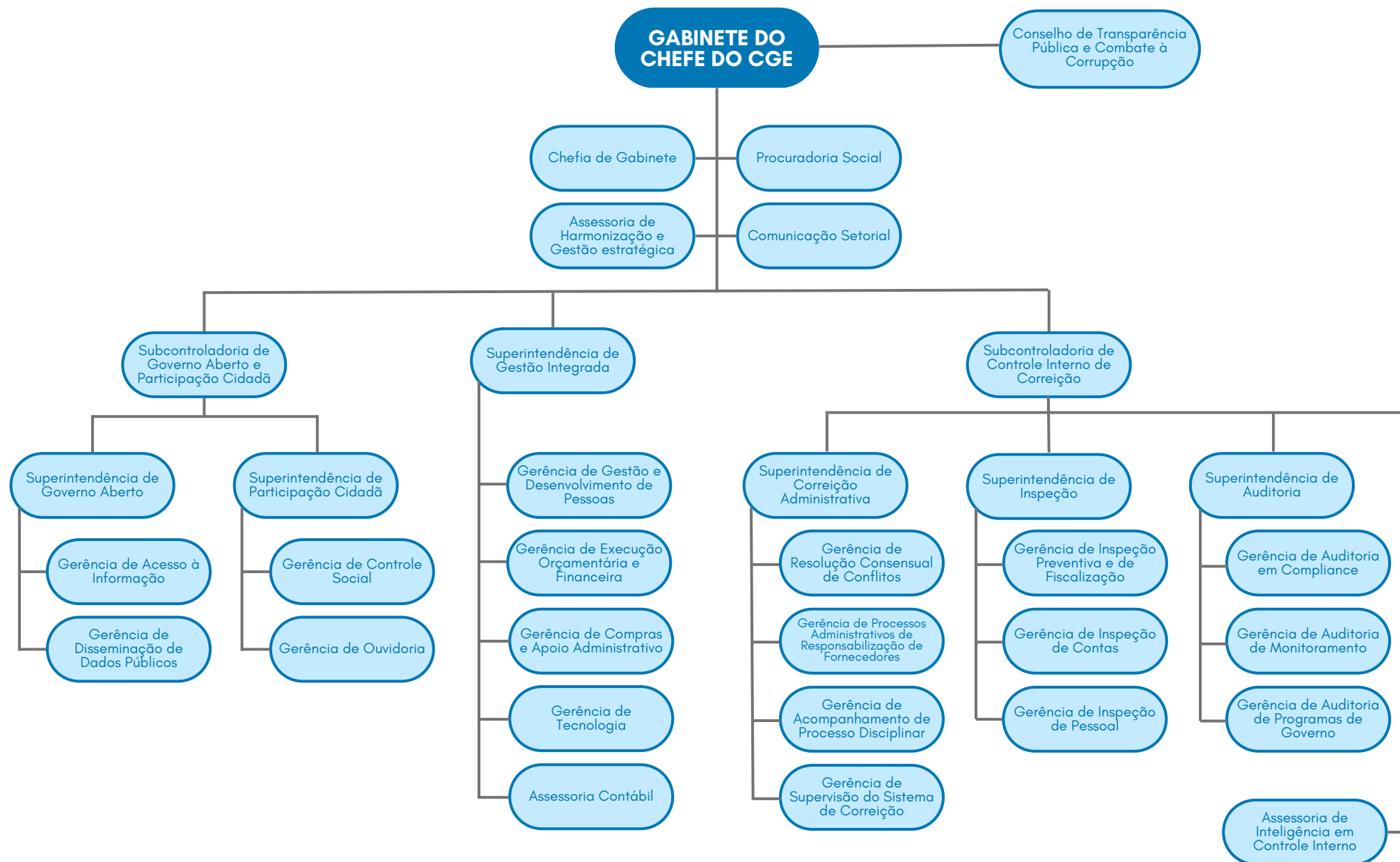
4 -Nova intitulação dada pela [Lei 20.820/2020.](#)

5- *idem*

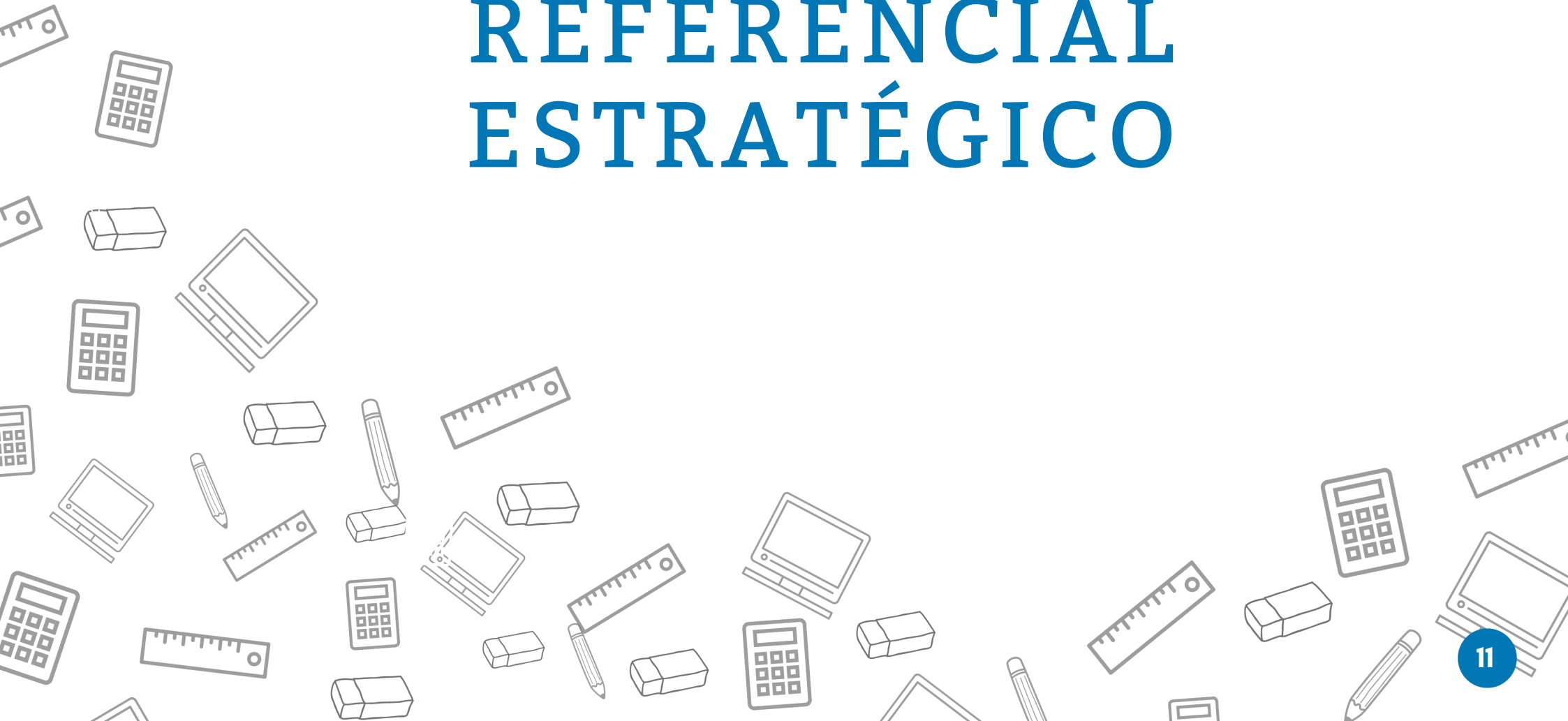
6- *idem*

7- *idem*

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA – ORGANOGRAMA



REFERENCIAL ESTRATÉGICO



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da CGE-GO é um planejamento de médio prazo (2020- 2023) elaborado no segundo semestre de 2019 de forma participativa e interdisciplinar e intrinsecamente alinhado com o Plano Plurianual (PPA) do Governo de Goiás, representando no ano de 2022 o terceiro ano de execução.

Está em sinergia com o eixo governamental “Goiás da Governança e da Gestão Transformadora”.

o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, intitulado GOIÁS MELHOR ESTADO PARA VIVER E TRABALHAR a CGE-GO tem dois Programas governamentais e dois macro objetivos governamentais, Confiança nas instituições e Controle Social. Para o macro objetivo “Confiança nas Instituições” foi proposto o Programa de Compliance Público e para macro objetivo “Controle Social”, foi proposto o Programa Participação e Controle Social.



CLIQUE AQUI

Para conhecer o Planejamento Estratégico 2020 - 2023 Resultados 2022.

PPA 2020-2023

MACRO OBJETIVO - CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Programa de Compliance Público

Conquistar a confiança na gestão governamental pela solidez de suas instituições, pela segurança jurídica e lisura dos seus atos e pelo reconhecimento por sua atuação eficiente, efetiva, inovadora, integrada, com foco em resultados, comprometida e mais próxima de seus cidadãos.

IDEIAS CHAVE: Governança efetiva. Confiança. Solidez institucional. Padronização e Conformidade nos processos. Inovação nos processos. Planejamento voltado a resultados. Sintonia com demais Poderes, sistemas integrados, que gerem informações rápidas e seguras. Alocação de recursos com efetividade. Combate a privilégios e à corrupção. Rastreabilidade de atos administrativos. Inovação na gestão. Parcerias com Municípios.

PPA 2020-2023

MACRO OBJETIVO - CONTROLE SOCIAL

Programa Participação e Controle Social

Garantir e incentivar a participação direta da sociedade na gestão pública através de acesso amplo e irrestrito a informações e da disponibilização de canais efetivos para o controle social e diálogo, bem como assegurar que os cidadãos se mantenham informados e conscientizados sobre os diversos temas da atualidade e diversos assuntos de seu interesse.

IDEIAS CHAVE: Confiança. Transparência. Controle Social. Comunicação Direta. Ouvidoria. Redes Sociais. Entidades independentes em pontos de controle e avaliação de gastos públicos. Comunicação por campanhas. Notícias.

MAPA ESTRATÉGICO CGE GOIÁS 2020 - 2023

O Mapa Estratégico, a seguir, mostra a diretriz que a organização pretende seguir e contém em síntese, macronorteadores, macro-objetivos governamentais, perspectivas adotadas e objetivos estruturados.

ALINHAMENTO PPA 2020-2023 - EIXO GOIÁS DA GOVERNANÇA E GESTÃO TRANSFORMADORA

CLIENTE E SOCIEDADE	Macro Objetivo: Confiança nas Instituições	Macro Objetivo: Controle Social
	PROGRAMA COMPLIANCE PÚBLICO Objetivo Estratégico 1. Fortalecer no âmbito do poder executivo a aplicação de instrumentos de prevenção e combate à corrupção com vistas à melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade.	PROGRAMA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL Objetivo Estratégico 2. Ampliar e aperfeiçoar a transparência na gestão pública e as formas de interlocução com o cidadão.
PROCESSOS INTERNOS	3. Promover a melhoria da Gestão e maior efetividade dos processos	
	4. Ampliar as Relações Institucionais, Alianças Estratégicas e o incremento de receita via captação de recursos	
	5. Disseminar na esfera da administração pública princípios de ética, conduta e posturas a serem observadas pelo agente público e por aqueles que celebram ajustes de qualquer natureza com a administração pública. 6. Aperfeiçoar os canais de comunicação institucional voltados para o público interno e externo.	7. Implementar no âmbito do Poder Executivo instrumentos efetivos de Auditoria, Inspeção e Responsabilização com foco na Prevenção e Combate à Corrupção.
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	8. Implantar a Gestão por Competências na organização	
	9. Promover Integração e Qualidade de Vida na Trabalho	
FINANCEIRA	10. Promover a Qualificação do Gasto Público visando à redução de gasto indevido e/ou à geração de economia.	



MODELO DE NEGÓCIOS CGE-GO



ATIVIDADES CHAVES:

- Auditoria - Consultoria/Avaliação
- Inspeção
- Correição
- Ouvidoria Geral
- Transparência
- Controle Social
- Responsabilização de Empresas

PARCEIROS CHAVE:

- Escola de Governo, SEDI e Secretaria da Economia
- Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual
- Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e Municipal (compartilhamento de base de dados)
- Ministérios Públicos
- Tribunais de Contas
- Controladoria Geral da União _CGU
- Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI

RECURSOS CHAVES:

- Humanos - equipe qualificada e comprometida
- Tecnológicos
- Financeiros
- Estruturais

SEGMENTOS DE CLIENTES

- Cidadão
- Sociedade Civil Organizada
- Imprensa
- Polícia Civil
- Órgãos e entidades
- Ministérios Públicos
- Tribunais de Contas
- Empresas privadas
- Servidor público estadual
- Governador
- Demais Poderes

RELACIONAMENTO COM CLIENTES:

- Portal da Transparência
- Sistema de ouvidoria
- Central de Atendimento da Ouvidoria - 162
- Site Institucional
- Mídias Digitais
- Sistemas Informatizados
- Atos Normativos
- Reuniões Técnicas (Consultoria e Assessoramento)
- Capacitações
- Trabalhos Integrados de Auditoria e Inspeção
- Atividades Correcionais

CANAIS

- Presencial
- Telefônico
- Eletrônico



PROPOSTA DE VALOR:

- Coordenar a implantação do Programa Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás
- Zelar pela defesa do Patrimônio Público
- Ser indutor do Controle Social por meio do fomento à transparência governamental e pela disponibilização de canais de comunicação direta com a comunidade (ouvidoria) e promoção de ações de manifestação e participação da sociedade.
- Agregar valor à Gestão Pública Estadual e otimizar a eficácia dos processos de trabalho mediante atividades de auditoria, consultoria e avaliação



ESTRUTURA DE CUSTOS:

- Capacitação
- Pessoal
- Terceirização (TI)
- Materiais e Serviços Administrativos
- Tecnológicos, equipamentos e softwares
- Investimento em infraestruturas
- Eventos - Simpósios, Palestras e outros

FLUXO DE RECEITAS

- Tesouro Estadual
- Recursos de outras fontes previstas em operações de Captação de Recursos e/ou incremento de receitas



PRINCIPAIS ATIVIDADES

ARQUITETURA DE PROCESSOS CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS	
PROCESSOS FINALÍSTICOS – ÁREAS DE NEGÓCIO	ENTREGAS & RESULTADOS
ZELAR PELO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR MEIO DE AUDITORIAS, INSPEÇÕES E ATIVIDADES CORRECCIONAL	
Gestão Estratégica Proposição Assessoramento	Elaboração e revisão da estratégia; planejamento e acompanhamento das metas e indicadores; Gestão de Projetos; Gestão de Processos; Gestão do Conhecimento; Gestão da Comunicação Institucional; Governança Corporativa; acompanhamento do ambiente externo; prestar atividade de consultoria; assessoramento jurídico e representação judicial para a instituição.
Gestão de Auditorias – Serviços de Avaliação Auditoria baseada em Riscos; de Monitoramento e de Programa	Avaliações efetuadas com foco em: resultados da Gestão Pública; otimização dos processos de trabalho; aprimoramento dos controles internos; qualificação da Despesa Pública; aprimoramento dos serviços prestados à sociedade; melhoria dos Programas de Governo.
Gestão de Auditorias – Serviços de Consultoria Prestar consultoria com o objetivo de orientar e aprimorar o processo de gestão de riscos; apoiar a implantação do Programa de Compliance Público (PCP)	Consultorias efetuadas com foco em: resultados da Gestão Pública; otimização dos Processos de Trabalho; aprimoramento dos controles internos; qualificação da Despesa Pública; aprimoramento dos serviços prestados à sociedade; melhoria dos Programas de Governo; capacitação de servidores públicos em conjunto com a Escola de Governo no Programa de Compliance Público; ranking do Programa de Compliance Público (PCP).
Realizar inspeções: realizar Inspeção Preventiva e Fiscalização e área de pessoal; Examinar Prestação de Contas e Tomada de Contas Especiais; Consolidar Prestação de Contas Anual do Governador	Inspeções efetuadas com foco em: gerar economia; evitar o dano; melhorar a execução da despesa pública e dos processos administrativos (licitações, contratos, dentre outros); aprimoramento de normas; orientação técnica aos órgãos e entidades do poder executivo estadual; resultados da Gestão Pública; gasto com pessoal e analisar relatórios da LRF.
Atividade correccional Planejar, orientar, controlar, coordenar, avaliar e exercer a supervisão técnica	Orientação e supervisão técnica aos órgãos e entidades do poder executivo estadual acerca da atividade e do sistema correccional; gerir a realização de ações de resolução consensual de conflitos, de processos disciplinares e de processos de responsabilização de fornecedores; realizar sindicâncias patrimoniais; promover a capacitação de servidores públicos em conjunto com a Escola de Governo; padronização de procedimentos correccionais; normatização da atividade correccional e publicização da atividade correccional.
SER INDUTOR DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA INTERAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E GOVERNO, POR MEIO DA TRANSPARÊNCIA, OUVIDORIA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL	
Informações Estratégicas em Controle Interno	Produzir informações estratégicas por meio de trilhas eletrônicas, painéis e planilhas; gerenciar e tratar dados informatizados.
Governo Aberto – Acesso à informação e Disseminação de Dados Públicos	Gestão do portal da transparência do Poder Executivo Estadual; Índice de Transparência do Poder Executivo Estadual Prêmio Goiás mais transparente; normas de transparência; capacitação e aperfeiçoamento; normas de acesso à informação nos órgãos e nas entidades do poder executivo e dados abertos.
Controle Social e Participação Cidadã Disseminar Conhecimento na Área de Controle Social; Desenvolver e Fortalecer as Redes de Interação	Projetos de controle social elaborados; estratégias de participação social formuladas e implementadas; recursos captados para condução dos projetos; parcerias estratégicas firmadas; canais de controle social – transparência, página de acesso à informação e ouvidoria divulgados para a sociedade e sociedade beneficiada com ações de fomento à cidadania.
Ouvidoria Planejar, orientar, controlar, coordenar, avaliar e exercer a supervisão técnica	Supervisionar as atividades das ouvidorias setoriais; fornecer informações estratégicas de demandas sociais para a política e Gestão Pública Estadual; respostas aos cidadãos quanto à solução das demandas; relatórios gerenciais de correção de falhas na execução de serviços e no direcionamento das políticas públicas; orientação e supervisão das ouvidorias dos órgãos e entidades.
PROCESSOS DE SUPORTE – ÁREAS DE NEGÓCIO	ENTREGAS & RESULTADOS
Gestão Orçamentária e Financeira	Gestão orçamentária; pagamentos; contabilidade; prestação de contas.
Gestão de Pessoas	Recrutamento e seleção; administração de pessoal; treinamento e desenvolvimento; clima organizacional; gestão de estagiários.
Gestão de Tecnologia	Gestão de equipamentos e software, de segurança de informação; desenvolvimento e manutenção de sistemas e administração de rede
Gestão de Compras e Logística	Gestão de aquisições e contratos; gestão do patrimônio; protocolo; relacionamento com stakeholders.



VALOR PÚBLICO GERADO

Os índices de eficácia alcançados nos Objetivos Estratégicos 1 e 2, estruturados por perspectiva Cliente e Sociedade, evidenciam o valor público gerado com as ações da CGE.

Objetivo 1: Fortalecer no âmbito do poder executivo a aplicação de instrumentos de prevenção e combate à corrupção com vistas à melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade



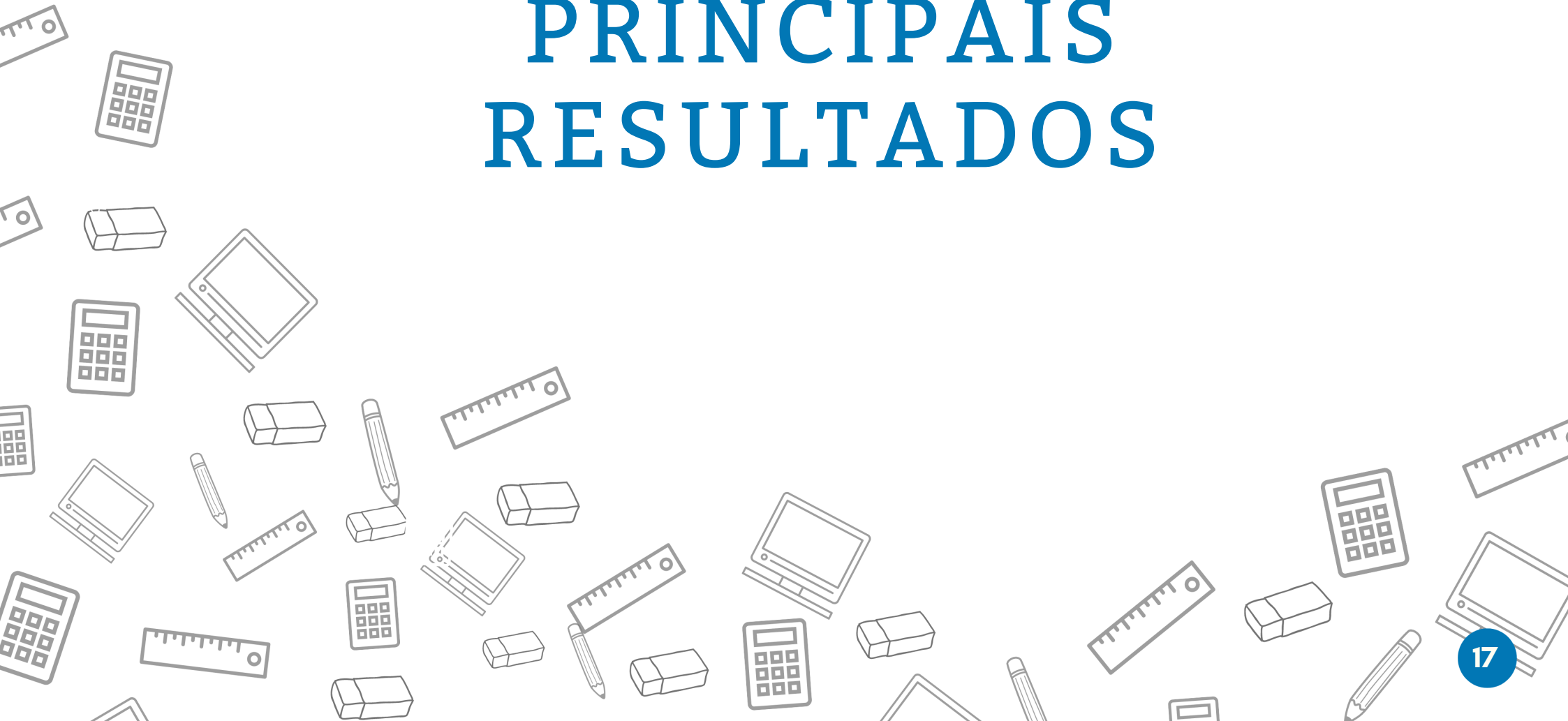
A ação 2006 – Controle e Correição com 137% de Eficácia Física evidenciam o alcance desse objetivo

Objetivo 2: Ampliar e aperfeiçoar a transparência na gestão pública e as formas de interlocução com o cidadão.



A ação 2050 – Transparência e Participação com 104,32% de Eficácia Física evidenciam o alcance desse objetivo.

PRINCIPAIS RESULTADOS



PRINCIPAIS RESULTADOS

A CGE desenvolveu suas atividades em 2022, com a execução orçamentária e financeira de dois programas finalísticos do Plano Plurianual 2020 – 2023: Programa 1005 - Compliance Público, através da Ação 2006 - Controle e Correição e Programa 1013 - Participação e Controle Social, através da Ação 2050 - Governo Aberto e Participação Cidadã.

Importante destacar que o programa 1005 – Compliance Público executado pela Ação 2006 – Controle e Correição e seus produtos, tem como principal ferramenta de implementação e de monitoramento o Programa de Compliance Público do Poder Executivo Estadual de Goiás (PCP), por meio de um conjunto de procedimentos transversais, baseado em seus quatro eixos: Ética, Transparência, Responsabilização e Gestão de Riscos.

O Eixo Transparência atende ao Programa 1013 - Participação e Controle Social.

Os Eixos Ética, Responsabilização e Gestão de Riscos atendem ao Programa 1005 - Compliance Público.

Para além dos dois programas finalísticos, a CGE executou o Programa 4200 - Gestão e Manutenção, através da Ação 4343 - Gestão e Manutenção das Atividades, e o Programa 4100 - Encargos da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos, através da Ação 4144 - Folha de Pagamento de Servidores.

O Programa pode ser classificado em:

- I - Finalístico:** aquele considerado estratégico, que resulta em bens e serviços de interesse direto e imediato da sociedade;
- II - de Gestão:** voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado, contemplando o conjunto de despesas de natureza administrativa e outras não passíveis de apropriação nos programas finalísticos, padronizadas para todos os órgãos e entidades, destinadas a apoio, gestão e manutenção da atuação governamental;
- III - Especial:** não contribui, de forma direta, para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não gera produtos à sociedade nem ao governo, tais como: ações relativas ao pagamento da dívida pública, cumprimento de decisões judiciais, à previdência social e a outras operações especiais que não ensejam contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

PROGRAMA 1005 - COMPLIANCE PÚBLICO

Ação 2006 - Controle e Correição

Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Confiança nas Instituições” a CGE visa no Programa Compliance Público a defesa intransigente do patrimônio público dos goianos e o combate à corrupção. Apesar das dificuldades encontradas no início desse governo, Goiás se destaca nacionalmente mediante avanços importantes. Em Goiás, o controle interno superou o conceito de controle meramente corretivo e punitivo, para se transformar em ferramenta de governança, tornando-se um importantíssimo aliado dos gestores mediante a prestação de consultoria - que é o coração do Programa de Compliance Público.

No plano Plurianual o Programa 1005 tem os seguintes produtos.

EFICÁCIA FÍSICA, AÇÃO 2050 - TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO - ANO 2022				
PRODUTO UTILIDADE	Prevista (a)	Realizada (b)	Eficácia física por Produto (c=b/a)	Eficácia física da ação (d)
14426 - PAINEL ESTRATÉGICO DESENVOLVIDO / NÚMERO	5	19,00	20,00%	137,53%
7953 - NOVO SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (SISPAD) DESENVOLVIDO / PERCENTUAL	50	6,66	13,32%	
8035 - PAINEL DE ATOS CORREICIONAIS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA IMPLANTADO / PERCENTUAL	50	100,00	200,00%	
8076 - PROGRAMA GOVERNAMENTAL RELEVANTE AUDITADO / NÚMERO	02	2,00	100,00%	
9758 - ÓRGÃOS E ENTIDADES SUBMETIDOS A AUDITORIA BASEADA EM RISCOS / PERCENTUAL	100	92,00	92,00%	
9761 - MÓDULO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO DESENVOLVIDO (SISTEMA EXISTENTE) / PERCENTUAL 2 4	0	95,00	0,00%	
9767 - SERVIDOR CAPACITADO EM EIXO DO COMPLIANCE PÚBLICO / NÚMERO 25	400	2.994,00	200,00%	
9770 - TRILHA DE INSPEÇÃO DESENVOLVIDA / NÚMERO	30	19,00	190%	
9771 - ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO FIRMADO / NÚMERO	30	51,00	170,00%	
9774 - SERVIDORES CAPACITADOS EM CURSO VINCULADO ÀS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO / NÚMERO	106	734,00	200,00%	

Fonte: PPA 2020 – 2023, Relatórios Monitoramentos, Relatório CGE, Programa 1005 - COMPLIANCE PÚBLICO - SIPLAM (GO), Ano 2022.

14426. Painel estratégico desenvolvido

Durante o ano de 2022 foram entregues 19 Painéis Estratégicos (Produto 14426), disponibilizando informações estratégicas para o monitoramento da despesa pública do estado de Goiás.

Neste total destacam-se os Painéis de solicitações de Compras, de Bens Permanentes e de Notas Fiscais Eletrônicas, do Diário Oficial do Estado de Goiás, Goinfra- Licitações, Saneago- Licitações e Contratos e Codigo - Contratos e Despesas, Relatório Orçamentário e Financeiro, de Disponibilidade De Caixa e de Recursos Federais na Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Além das entregas dos 19 novos painéis, foram realizadas diversas intervenções evolutivas nos painéis entregues anteriormente, para atendimento de novas demandas de informações por parte das equipes da Subcontroladoria de Controle Interno e Correição.

Para estas entregas, foram internalizadas novas bases de dados corporativas, possibilitando o cruzamento dos dados e a disponibilização de informações para a análise das equipes finalísticas da CGE.

Para estas entregas, foram internalizadas novas bases de dados corporativas, possibilitando o cruzamento dos dados e a disponibilização de informações para a análises das equipes finalísticas da CGE.

14426 - PAINEL ESTRATÉGICO DESENVOLVIDO / NÚMERO:

Previsto 2022: 05

Realizados: 19.

137,53%

1. RELATÓRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
2. RELATÓRIO SOLICITAÇÕES DE COMPRAS
3. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS (PBI)
4. GOINFRA - Licitações (PBI)
5. SANEAGO - Licitações e Contratos (PBI)
6. ELEIÇÕES (PBI)
7. CODEGO - Contratos e Despesas (PBI)
8. RELATÓRIO DE BENS PERMANENTES (PBI)
9. Notas Fiscais Eletrônicas (PBI)
10. Previsão de Desembolso Financeiro (PBI)
11. Ranking PCP 2022 (PBI)
12. Recursos Federais na SSP (PBI)

13. Passaportes (Gratuidades Transporte Interestadual) (PBI)
14. Relatório de Receitas Estaduais Arrecadadas (PBI)
15. Evolução das Receitas Estaduais (PBI)
16. TACômetro (PBI)
17. Painel TAC (PBI)
18. Ranking PCP-Evolução (PBI)
19. Disponibilidade de Caixa (PBI)

7953. Novo Sistema de Processo Administrativo Disciplinar (Sispad) desenvolvido

Quando da definição desta meta, vislumbrou-se apenas o módulo Sindicância* e PAD**.

Entretanto, o novo SISPAC é um sistema composto por módulos e cada módulo trata de um procedimento correcional.

Dessa forma, o proposto no PPA é um sistema que contemplará, até o presente momento, cinco módulos, a saber:

1. Módulo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), 100% implementado

2. Módulo Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), 100% implementado;

3. Módulo Sindicância e PAD, 38% implementado (houve redesenho integral do módulo no ano de 2021, reduzindo sua entrega de 80% para 35%, em face de uma incompatibilidade verificada do módulo com o SEI);

4. Módulo Procedimento Preliminar Investigatório e Processo administrativo de Responsabilização, implementação a ser iniciada; e

5. módulo Tomada de Contas Especial, implementação a ser iniciada.

Dado o aumento significativo do escopo e a complexidade de algumas inovações legais no Poder Executivo (TAC e TCA), a principal dificuldade foi a de manter a continuidade da implementação dos módulos com a execução das atividades rotineiras e os demais projetos em condução na Superintendência, além disso, houve redimensionamento da mão de obra da unidade de tecnologia da informação, o que impactou na entrega do sistema em cerca de seis meses no ano de 2021, tendo esse atraso refletido nas atividades do ano de 2022.

Neste contexto, após a realização do diagnóstico das atividades correcionais do Poder Executivo (Ofício Circular 82/2022 (202211867001073)) e após reunião presencial com as principais unidades correcionais (SEDI, DGAP, DGPC, ECONOMIA, SES, SSP), houve o redesenho do módulo Sindicância, de sorte a atender às demandas que nos foram apresentadas pelas pastas, dessa forma não houve evolução no desenvolvimento do sistema.

*Sindicância é uma investigação feita para tentar apurar quem possivelmente praticou uma conduta irregular contra a Administração Pública.

**Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é um procedimento feito para garantir o direito de defesa de um servidor público que possivelmente praticou uma conduta irregular contra a Administração Pública, que pode ter como conclusão a aplicação de uma pena ou a constatação da inocência do servidor.

Houve incremento nas funcionalidades do módulo sindicância na ordem de 4 vezes do planejado em 2019, resultado da inclusão da matriz de responsabilização no referido módulo. Ante aos ajustes promovidos pela equipe da SCA, o prazo para a entrega dos demais módulos (PAD e PAR) será alongado na prática, ultrapassando o ciclo do PPA 2020-2023.

No entanto a ampliação do escopo e a remodelação de métricas e prazos não poderão ser alteradas no Planejamento Estratégico, em virtude de constar no PPA e este não ter ofertado a possibilidade de revisão/edição de produto (meta 22, Produto PPA – 7953).

Dentre um escopo amplo de ações efetuadas pela Correição, em 2022, destacam-se:

Combate à corrupção: Responsabilização de empresa ao ressarcimento de 30 milhões (PAF advogado); Celeridade e redução do risco de inconsistências e irregularidades nos procedimentos correcionais em razão da uniformização de documentos com a disponibilização de modelos padronizados (TAC, PAR e PAF); Racionalização dos recursos públicos com a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta - TACs, reduzindo a instauração de procedimentos correcionais em aproximadamente 24%;

Internalização do tema Ética no serviço público: aumento da participação de servidores de 126% (2019/2022) e de 5% (2021/2022), tendo a média na nota subido em 31% (2019/2022) e em 14% (2021/2022);

Realização de diagnóstico junto às Unidades Correcionais (236 participantes), sendo que:

88,2% considera que o Portal das Corregedorias tem contribuído para o aprofundamento de seu conhecimento na área correcional;

90% dos servidores que buscaram orientação junto à Superintendência de Correição Administrativa-SCA avaliaram a qualidade do atendimento como 'Muito bom' ou 'Bom'; 90,4% dos membros de comissões processantes avaliam que o TAC colabora/facilita o trabalho por eles desempenhado.

Disponibilização do TACômetro - ferramenta que possibilita a transparência e controle social na celebração de acordos disciplinares;

Mais de 90% dos participantes em capacitações ministradas por servidores da SCA avaliaram que os cursos contribuirão para a melhoria de seu desempenho na atividade correcional;

Humanização da atividade correcional com a instituição da mediação como um novo instrumento de resolução consensual de conflitos entre servidores.

Embora não estejam consignados nos produtos 7953 e 8053, a Superintendência de Correição Administrativa, por meio de suas unidades complementares promoveu as seguintes entregas:

Realização de duas capacitações na modalidade ensino à distância (EaD), quais sejam:

Processo administrativo de responsabilização de Pessoas Jurídicas - Total capacitados 2022: 245 servidores.

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Total capacitados 2022: 203 servidores.

Realização de 7 workshops sobre o Termo de Ajustamento de Conduta

Realização do IV Encontro das Unidades Correcionais do Poder Executivo, presencialmente no dia 10 de novembro de 2022.

Fomento à celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) no Poder Executivo, resultando na celebração de 43 TACs e, em decorrência, numa economia de R\$ 4,3 milhões, os quais seriam gastos com pessoal na condução dos procedimentos disciplinares.

Disponibilização no Portal das Corregedorias do "Tacômetro", site de disponibilização para o público geral acerca das informações acerca dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Poder Executivo (quantitativo por pasta, ano, tipo de transgressão disciplinar etc.).

8053. Painel de atos correicionais no Portal da Transparência implantado

O Portal das Corregedorias é uma ferramenta de comunicação com os servidores e com os cidadãos. Ele centraliza o conhecimento acerca da atividade correcional do Poder Executivo goiano e traz notícias da área correcional, conteúdos sobre responsabilização administrativa de agentes públicos e entes privados, boas práticas da CGE e de outros órgãos, material para estudo da atividade correcional, legislação e normas, dentre outras informações. O objetivo é aumentar a transparência e mostrar como funciona a atividade correcional no governo de Goiás.

O Painel de atos correicionais foi 100% Concluído antecipadamente no ano anterior, 2021.

8076. Programa governamental relevante auditado

A meta prevista foi para a realização de duas auditorias de programas, sendo realizadas três auditorias relacionadas a três programas. As duas primeiras auditorias tiveram como objeto os serviços de alteração de característica e de Carteira Nacional de Habilitação (1ª via e renovação) do Detran-GO, cujo objetivo consistiu em verificar aspectos de conformidade e avaliar os controles internos na prestação dos referidos serviços ao cidadão no exercício de 2020. Esses serviços estão contemplados no âmbito do Programa Trânsito Seguro. Nas referidas auditorias foram apontados 12 achados de auditoria e 26 recomendações. O DETRAN apresentou planos de ação para atendimento das recomendações, os quais serão monitorados pela CGE.

A terceira auditoria realizada consistiu em consultoria, do tipo assessoramento, com objetivo de auxiliar a Administração na elaboração de histórico individualizado dos débitos das empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) e do Programa Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar) e, com isso, contribuir para a adoção de medidas de cobrança dos valores devidos.

Monitoramento de ações corretivas

Além da realização das auditorias de programa, em 2022 foram ainda concluídas auditorias de monitoramento em 27 solicitações de ações corretivas, totalizando 112 ações relativas às auditorias realizadas nos Programas Produzir e Fomentar, cujo objetivo foi verificar o cumprimento de aspectos de conformidade e de resultados das empresas beneficiárias.

Como resultado do monitoramento, observou-se que 49 ações foram atendidas (43,75%); 18 foram justificadas (16,07%); 36 foram atendidas parcialmente (32,14%), 8 não foram atendidas (7,14%) e 1 não foi respondida (0,9%).

9758. Órgãos e entidades submetidos a auditoria baseada em riscos

Em 2022 foi definida a meta de realização de Auditorias Baseadas em Risco (ABRs) em 100% dos órgãos e entidades do Poder Executivo. A atividade tem o objetivo de avaliar a maturidade em gerenciamento de riscos do poder executivo, utilizando o modelo de avaliação proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com as adaptações necessárias.

Foram concluídas avaliações em 45 das 49 Pastas, que corresponde a 91,83%. Para 2023, sugere-se a manter a meta em 100% dos órgãos e entidades do Poder Executivo submetidos a Auditoria Baseada em Risco (ABRs).

9761. Módulo de auditoria e inspeção desenvolvido (sistema existente)

Os módulos de auditoria e inspeção do Sistema de Gestão de Inspeções e Auditorias (SGI) estão em fase final de desenvolvimento pelo setor de TI da CGE e as áreas de negócio das Superintendências de Inspeção e de Auditoria. O módulo de inspeção já encontra-se em pleno funcionamento.

Quanto ao módulo de auditoria, os produtos atinentes à área de monitoramento também já foram entregues e estão em utilização. As áreas de compliance e programas de governo estão em fase de desenvolvimento dos produtos com a Gerência de Tecnologia da Informação, estimando-se as entregas até o final de 2023.

9767. Servidor capacitado em eixo do Compliance Público

Em 2022, o número de servidores capacitados em eixo do Compliance Público foi de 2808, superando a meta de 1235 capacitações. Em 2021 houve um número expressivo de servidores capacitados, com 3599 capacitações realizadas. Este crescimento se deve ao aumento do interesse das pastas envolvidas participantes do ranking do PCP e à conversão dos cursos para a modalidade EAD. A meta para 2023 é de 1255 capacitações, tendo em vista uma tendência de queda em virtude de boa parte das equipes já serem certificadas.

9770. Trilha de inspeção desenvolvida

Para atendimento das demandas de análise de situações específicas apresentadas pelas unidades finalísticas da CGE, em 2022, foram desenvolvidas 51 trilhas/análises (Produto 9770/Trilha de Inspeção Desenvolvida) para levantamento de indícios de irregularidades envolvendo aplicação de recursos públicos, sendo 22 trilhas referentes ao programas de Passe Livre Estudantil, de Gratuidade no Transporte Interestadual e de Dispensação de Medicamentos Especializados, 3 trilhas relativas à folha da Goiás Previdência, 18 análises para contratos específicos (combustíveis, manutenção de veículos, equipamentos de informática), 2 trilhas relativas ao Ipasgo, outras análises relativas a contratos (retenção do IR, gestão de riscos nas contratações, análises de vínculos).

9771. Servidor capacitado em curso vinculado às competências necessárias à Controladoria-Geral do Estado

A meta prevista no Planejamento Estratégico para o ano de 2022 era de 300 capacitações e foram realizadas 734. Tivemos um aumento considerável no número de capacitações nesse ano tendo em vista que foi o ano que o Plano de Desenvolvimento Individual dos servidores da CGE começou a vigorar de forma plena, o que contribuiu para uma melhora tanto no planejamento quanto na execução dos cursos. Para 2023, estamos realizando as capacitações previstas na meta para esse ano e, tudo indica que iremos superar essa meta.

9774 - Servidor capacitado em curso vinculado às competências necessárias à controladoria geral do estado/número

Com o avanço na implementação do Plano de Desenvolvimento Profissional da CGE – PDP-CGE, ampliou o escopo de ações válidas de capacitação para o desenvolvimento do servidor. Assim, lives, filmes, leituras de livros, seminários, cursos, entre outros, estão inseridos no PD o que resultou no aumento do número de capacitações realizadas pelos servidores da Controladoria-Geral do Estado.

RESULTADOS DO PROGRAMA 1013 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Ação 2050 - Governo Aberto e Participação Cidadã

Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Controle Social” a CGE visa no Programa Participação e Controle Social aumentar a participação cidadã e incentivar o controle social. Este é um mote importante, marca deste governo e dessa gestão institucional. Em 2022, várias estratégias continuam sendo realizadas com a finalidade de fortalecer a transparência da gestão estadual. Por intermédio do prêmio Goiás Mais Transparente os sites de todas as pastas do governo são monitorados, avaliados e os melhores recebem reconhecimento e prêmios com os selos ouro, prata e bronze, de acordo com o índice de transparência alcançado.

No plano plurianual o Programa 1013 tem os seguintes produtos.

EFICÁCIA FÍSICA, AÇÃO 2050 - TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO - ANO 2022				
PRODUTO UTILIDADE	Prevista (a)	Realizada (b)	Eficácia física por Produto (c=b/a)	Eficácia física da ação (d)
7952 - NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA IMPLANTADO / PERCENTUAL 28	0%	53%	0,00%	104,32%
7954 - NOVO PAINEL IMPLANTADO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA / NUMERO	1	5	200,00%	
9747 - OUVIDORIA CERTIFICADA / NUMERO 30	60	22	36,67%	
9753 - PORTAL DE DADOS ABERTOS IMPLANTADO	30	60	200,00%	
9737 - ESTUDANTE ATENDIDO PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NUMERO	28.000	20000	71,43%	
9738 - MUNICÍPIO ATENDIDO PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NUMERO	120	173	144,17%	
9739 - ESCOLA ATENDIDA PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NUMERO	700	524	74,86%	
9749 - PROFESSOR ATENDIDO PELO PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE / NUMERO	1.820	1000	54,95%	
14428 - CIDADÃO ATENDIDO PELO PROJETO EMBAXADORES DA CIDADANIA / NUMERO	345	505	146,38%	
14429 - CIDADÃO ATENDIDO PELO PROJETO AGENTES DA CIDADANIA / NUMERO	0	0	0,00%	

Fonte: PPA 2020 – 2023, Relatórios Monitoramentos, Relatório CGE, Programa 1013 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - SIPLAM (GO), Ano 2022.

7952. Novo Portal da Transparência implantado

Em 2022 o projeto evoluiu bem, com a conclusão dos 57 Painéis elaborados através da ferramenta Power BI, sendo os mesmos submetidos à avaliação prévia da unidade demandante (Gerência de Transparência Institucional da CGE- GO).

Considerando as divergências de dados observadas nos painéis entregues e as falhas nos direcionamentos dos links, o projeto encontra-se em fase de correções e aperfeiçoamento pelos responsáveis técnicos (SGG e empresa contratada, TITCS).

O projeto extrapolou o cronograma inicial, atingindo 80% de conclusão, e a previsão é que o mesmo será entregue no primeiro semestre de 2023, com a disponibilização de uma ferramenta atual e relevante para a sociedade, atendendo, inclusive, aos critérios estabelecidos por organizações de controle externas que avaliam a transparência pública no Brasil.

Na fase de produção do novo Portal da Transparência, os painéis ainda devem ser submetidos à validação pelos órgãos responsáveis pelas informações e a testes de stress e usabilidade pela sociedade.

7954. Novo painel implantado no Portal da Transparência / Número

No exercício de 2022, foi prevista a implantação de 1 novo painel no Portal da Transparência.

Ultrapassando o planejado, foram desenvolvidos 3 novos painéis, a saber, os painéis de Recursos Extraordinários, Renúncia de Receitas Orçamentárias e Lançamento do Crédito Tributário. A publicação desses painéis aguarda o avanço no projeto do Portal da Transparência.

9747. Ouvidoria Certificada

O Programa de Certificação das Ouvidorias Públicas do Poder Executivo estadual visa ao desenvolvimento da capacidade institucional das ouvidorias setoriais e é composto por cinco níveis de maturidade. Assim, o Programa é tratado como Programa de Maturidade das Ouvidorias, buscando a melhoria contínua da prestação dos serviços e permite a preparação e implementação de boas práticas na atividade.

O programa foi implantado em 2021 e no ano de 2022 alcançaram o nível 2 de maturidade 23 ouvidorias do Estado de Goiás.

A atividade de ouvidoria

No âmbito da Administração Pública, a Rede de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual tem como principal competência atuar como interlocutora e mediadora entre o cidadão e a Administração Pública, para que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania proporcionem contínua melhoria dos serviços públicos prestados.

A atividade de Ouvidoria no Estado considera que os atendimentos são a soma dos registros pontuais realizados e das manifestações registradas no sistema e que geram um número de protocolo.

Dentro desse contexto, em 2022 o Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGOe) registrou 74.338 atendimentos, enquanto em 2021 foram registrados 82.015 atendimentos.

Importante salientar que um número expressivo de manifestações registradas em 2021 ainda tratava de assuntos relacionados à pandemia do Covid-19. Para mais detalhes sobre os resultados da atividade de ouvidoria no ano de 2022, pode-se consultar o Relatório de Gestão de Ouvidoria em 2022.

No Programa de Compliance Público realizado pelo Estado, dois quesitos compõem a pontuação dos órgãos e entidades participantes, o tempo médio de resposta e o percentual de resolutividade das respostas oferecidas.

Tempo médio de resposta

Em relação ao tempo de resposta, a lei federal nº 13.460/2017 estabelece o prazo de 30 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, para oferecer resposta conclusiva à manifestação registrada pelo usuário de serviços públicos. O Poder Executivo do Estado de Goiás utiliza o prazo de 30 dias improrrogável, considerando o decreto estadual nº 9.270/18.

Resolutividade

O Índice de Resolutividade procura demonstrar se a demanda do manifestante foi resolvida ou não. Por meio de uma pesquisa de satisfação, realizada após a finalização da manifestação, o usuário é questionado: “Sua demanda foi resolvida?” e, a partir da resposta fornecida, calcula-se o índice de Resolutividade: $\% \text{Resolutividade} = [(0,5 * \text{Total de respostas parcialmente} + \text{Total de respostas sim}) / \text{Total de respostas da pesquisa de satisfação}] * 100$.

Em 2022, o índice de Resolutividade foi de 62%, um decréscimo de 2 pontos percentuais em relação ao índice de Resolutividade em 2021.

Destaques da Ouvidoria

Coordenação da Ouvidorias em Rede - Goiás, realizando os eventos semestrais:

- 10 Anos da LAI;
- 60 Seminário Goiano de Ouvidorias - Caminhos para a Maturidade.

Realização do Programa de Maturidade. Na edição de 2022 houve a estruturação e capacitação das ouvidorias setoriais do poder executivo estadual, onde, das 47 ouvidorias setoriais, 22 (47%) alcançaram o nível 2 de maturidade, cumprindo 100% dos quesitos requeridos.

- 42 visitas, realizando reuniões com os dirigentes;
- 460 Servidores capacitados em ouvidoria;
- Gestão 47 setoriais - Acessibilidade física e virtual, rotinas normatizadas e implementação de relatórios gerenciais.

Participação no Programa de Compliance Municipal, por meio das aulas gravadas junto ao MP-GO.

Aprimoramento da união do Sistema de Ouvidoria com o Expresso, por meio de parceria com a SEDI.

Criação do Painel BI de Dados de Ouvidoria, em parceria com o IMB.

69.596 atendimentos

Via callcenters : 29.177 (42%)

Registro de manifestações : 40.419 (58%)

62% Índice de Resolutividade.

9,6 dias - Prazo médio de resposta.

9753. Portal de Dados Abertos implantado

O Portal de Dados Abertos foi implantado em 2022 e o objetivo é o seu pleno funcionamento em 2023 com a publicação e a disponibilização dos dados contidos nas bases de dados dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

9737; 9738;9739 e 9749 – Estudante; Município; Escola e Professor atendidos pelo Projeto Estudantes de Atitude / Número

O Projeto Estudantes de Atitude (EA), executado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, foi executado no ano de 2019 e, devido à pandemia da Covid-19, não foi possível realizar em 2020. Contudo, em 2021, seguindo todos os protocolos de segurança, foi realizada sua segunda edição, sendo também realizado em 2022, Planejado a partir de uma metodologia inovadora, baseada na gamificação, o EA busca levar para as escolas públicas do estado, a temática cidadã de uma forma diferente: por meio de uma gincana entre escolas, que executam atividades lúdicas para conscientização da importância de se exercer o direito de cidadania.

O coração do projeto é a chamada Auditoria Cívica. Por meio deste processo – que consiste em se realizar uma avaliação das estruturas da escola por meio de checklists elaborados pela CGE, os estudantes são convidados a refletir sobre os desafios encontrados por sua instituição e, acima de tudo, a sentirem-se parte do processo de resolução destes problemas. Por meio do Estudantes de Atitude e a execução de suas etapas, é possível notar como o projeto ajuda a despertar o senso de pertencimento não apenas nos alunos, mas também em toda a comunidade escolar: professores, equipe administrativa, pais e responsáveis.

O reflexo positivo do engajamento é demonstrado pelos resultados obtidos pelas escolas. Tendo em mãos os relatórios gerados pela auditoria cívica, elas recebem o “desafio” de executar uma proposta de intervenção na instituição. Banheiros podem ser reformados, bibliotecas erguidas, quadras de futebol e espaços de convivência construídos. Mas também, há espaço para a subjetividade. Se a escola identificar que há necessidade, também pode ser executada uma ação educativo-emocional pelo time de professores e alunos. O foco são ações que transformam a realidade das instituições e demonstram o potencial da participação e do controle social.

PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE 2022 EM NÚMEROS

Total de escolas inscritas: 524
Total de municípios inscritos: 173
Total de pessoas impactadas diretamente: 1.000 professores e 20.000 alunos
Total de escolas que iniciaram o projeto: 371
Total de municípios que entregaram o desafio: 117
Total de desafios entregues: 249
Total de evasão*: 32,9% *: de escolas que iniciaram para escolas que entregaram o desafio
No ano de 2022, o projeto Estudantes de Atitude premiou 9 escolas convencionais e 1 escola socioeducativa, Ao todo R\$158.000,00. reais foram distribuídos em prêmios.

14428 – Cidadão atendido pelo Projeto Embaixadores da Cidadania / Número

O Embaixadores da Cidadania é um projeto executado pela Controladoria Geral do Estado de Goiás, como atividade de extensão da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFMG). A participação no projeto é aberta a cidadãos com mais de 16 anos com interesse em aprender e exercer práticas de transparência e controle social.

O projeto foi desenvolvido em duas etapas: 1) teórica, na qual os alunos realizam cursos teóricos e atividades propostas; 2) prática, em que os participantes são incentivados a executar o Desafio de Impacto Social a fim de buscar soluções para algum problema identificado em suas comunidades.

Em 2020, ocorreu a primeira edição do projeto e contou com 1285 inscrições de 23 estados brasileiros mais o Distrito Federal. Destes foram selecionados 611 cidadãos, representando 19 estados e o DF. Ao final, foram certificados 183 cidadãos, sendo 137 no estado de Goiás.

Na sua segunda edição, em 2021, as inscrições para participação no Embaixadores da Cidadania foram ampliadas para países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), incluindo, além de brasileiros de 18 estados mais o Distrito Federal, participantes da Angola, Cabo Verde, Timor Leste e Guiné Bissau. O projeto alcançou no ano passado um total de 907 inscritos dos quais 678 foram selecionados para a participação e 160 foram formados.

Já 2022, o projeto recebeu 1410 inscrições, um aumento de 56% em relação as inscrições do ano anterior. Os cidadãos goianos correspondem as 1336 inscrições, as demais inscrições vieram de outros 19 estados brasileiros e do Distrito do o Distrito Federal. Houveram também 3 inscrições de Angola, 1 de Cabo Verde e 2 da Guiné Bissau.

Foram selecionados 840 cidadãos para participar, um aumento de 24% em relação a quantidade de cidadãos selecionados. Por fim, 504 cidadãos foram formados.

Destaques Embaixadores Cidadania 2022

1o LUGAR - CIDADANIA NÃO TEM IDADE, CORRUPÇÃO NÃO TEM TAMANHO GOIANDIRA - GO

A Ação pretendeu estimular a consciência crítica e desenvolvimento de liderança cidadã entre adolescentes do CEPI Dom Emanuel, Goiandira- GO. Visou também discutir todas as formas de corrupção, inclusive as denominadas "pequenas corrupções".

2o LUGAR - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NOS BAIRROS SANTA CRUZ DE GOIÁS - GO

Apesar das tantas informações contidas nos portais de transparência, nós entendemos que essas informações nem sempre são de fácil acesso ou entendimento, nosso objetivo foi criar um projeto de lei para facilitar o acesso das pessoas às informações referentes aos gastos públicos.

3o LUGAR - JOVENS DO BEM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO

Divulgar e compartilhar com os jovens do município de Águas Lindas os canais públicos que podem ser utilizados para resolução de problemas.

PROGRAMA EMBAIXADORES DA CIDADANIA 2022 EM NÚMEROS

Fase 1 - Teórica
Total de inscritos: 1410
Total de aprovados: 840
Concluintes: 505
Taxa de Evasão*: 39,9% *: de aprovados para concluintes
Fase 2 - Prática
Total de vagas: 50
Concluintes: 32
Projetos executados: 31
Taxa de Evasão*: 3,1% *: de concluintes para executados
OUTROS DADOS
PAÍSES PARTICIPANTES Brasil ,Cabo Verde. Angola e Guiné Bissau
TOTAL DE ESTADOS BRASILEIROS 18 + DF
TOTAL DE MUNICÍPIOS GOIANOS: 105

14429 – AGENTES DA CIDADANIA

Para o ano de 2022, o projeto “Agentes da Cidadania” teve suas atividades descontinuadas em função da priorização de outros projetos estratégicos de fomento ao controle social e participação cidadã. Neste sentido, suas ações e metodologia foram incorporadas de forma complementar ao programa “Embaixadores da Cidadania”, bem como às demais iniciativas existentes na área.

14427. Política de Dados Abertos implantada

A Política de Dados Abertos foi implantada em 2022 com a publicação do Decreto 10.176 de 06 de dezembro de 2022.

O Plano de Dados Abertos encontra-se em desenvolvimento estando previstas a publicação e disponibilização das bases de dados, sob a forma de dados abertos, em 2023.

Áreas de Inspeção de Pessoal; Inspeção de Contas e Inspeção Preventiva e de Fiscalização em órgãos/entidades do Poder Executivo.

A Inspeção não tem no PPA um produto específico. Dentre um escopo amplo de ações efetuadas, no ano de 2022, destacam-se:

RESULTADOS DA INSPEÇÃO - INDICADORES PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2023 (não inclusos no PPA)

Indicador nº 01 - Taxa de execução do Plano Operacional das Ações de Controle (Razão do Número de ações executadas pelo número de ações planejadas);

Planejado 2022: 90,00% Realizado 2022 : 86,62%;

Indicador nº 02 - Taxa de alocação de força de trabalho em inspeções e análises preventivas (Razão de Número de servidores alocados em inspeção preventiva pelo número total de servidores lotados na superintendência multiplicados por 100);

Planejado 2022: 65,00%; Realizado 2022: 50,00%;

Indicador nº 17 - Percentual de aperfeiçoamento da despesa pública analisada (Razão da despesa aperfeiçoada em relação ao total inspecionado. (Quanto menos, melhor);

Planejado 2022 : 10,00%; Realizado 2022: 1,27%;
Valor Fiscalizado (Total) 2022 (janeiro a 6 dez): R\$ 11.362.111.439,94
Inspeções Realizadas: 282; Economia Potencial: R\$ 118.941.599,01.

Área de Inspeção de Contratos

Embora não tenha um produto específico no PPA, em 2022 umas gamas amplas de ações foram desenvolvidas.

Destacam-se:

1. INSPEÇÕES GEIAC

- 30 Inspeções;
- Valores fiscalizados: R\$ 33,4 bilhões;
- 26 objetos inspecionados (Contratos, Programas, IPASGO, Organizações Sociais);
- 16 Órgãos/Entidades inspecionados;
- 04 Relatórios de Diagnóstico de Achados de Inspeção no Estado de Goiás.

2. AUDITORIAS E CONSULTORIAS GEIAC

- 01 Auditoria de Conformidade;
- 06 Consultorias de Assessoramento;
- 05 Consultorias Orientativas;
- 02 Consultorias de Treinamento;
- 64 Consultorias de Facilitação.

16 Órgãos/Entidades beneficiados Produtos mais relevantes GEIAC:

- Nota Técnica Orientativa sobre Retenção do INSS e respostas às questões dos Órgãos/Entidades;
- Nota Técnica Orientativa sobre Recolhimento do FGTS;
- II Seminário de Gestão e Fiscalização Contratual;
- Ebook de Gestão e Fiscalização de Contratos;
- Infográfico “Guia da Matriz de Riscos de Contratações Públicas no Estado de Goiás”; Ebook “Como fazer Gestão de Riscos nas contratações públicas”;
- Palestra “Contratos em Foco - Aspectos Práticos da Gestão e Fiscalização de Contratos na Goiás Turismo”;
- Pesquisa de Maturidade da Gestão e Fiscalização Contratual (todos os Órgãos e Entidades).

07 pareceres para a Câmara de Gestão de Gastos RESULTADOS PARA A GESTÃO GEIAC:

- Órgão/Entidade Ação de Controle Objeto Impactos Positivos na Gestão Economia: Auditoria de Conformidade- Contrato de Combustíveis;
- Utilização mais efetiva do sistema de gerenciamento de frotas com aprimoramento da operacionalização dos controles.

DGAP: Consultoria de Assessoramento-Alimentação para Detentos:

- Amadurecimento da DGAP em relação à gestão dos contratos de alimentação, com a adoção de novas medidas de fiscalização;
- Elevou a preocupação dos gestores em relação à elaboração do Edital para novas contratações.

IPASGO-Consultoria de Assessoramento-Auditorias Médicas:

- Otimização na distribuição das contas para auditoria (faturamento dos prestadores de serviço);
- Aumento no percentual de glosa e valor glosado;
- Exclusões de apresentação de medicamentos da tabela do Ipasgo em duplicidade.

SEDS: Consultoria de Assessoramento-Passe Livre Estudantil-Mudança no modelo de pagamentos (pós); Aprimoramento dos controles para apuração devida de glosas.

Programa 4200 - Gestão e Manutenção

Ação 4243 - Gestão e Manutenção das Atividades

Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Goiás da Governança e Gestão Transformadora”, os esforços previstos para o Programa se justificam pela necessidade de provimento de meios destinados à gestão administrativa que não concorram diretamente na produção de bens e serviços específicos gerados pela implementação de ações afins.

Tem por objetivo conquistar a confiança na gestão governamental pela solidez de suas instituições, pela segurança jurídica e lisura dos seus atos e pelo reconhecimento por sua atuação eficiente, efetiva, inovadora, integrada, com foco em resultados, comprometida e mais próxima de seus cidadãos.

RESULTADO ESPERADO:
Promover Apoio à Ação
Governamental.

Programa 4100 - Encargos da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos

Ação 4144 - Folha de Pagamento de Servidores Públicos

Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Goiás da Governança e Gestão Transformadora”, os esforços previstos para o Programa se justificam pela necessidade do registro das despesas da folha de pagamento dos servidores públicos designados para o exercício de funções e para o desenvolvimento das atividades de prestação de serviços e gestão pública.

Tem por objetivo tornar o servidor público elemento fundamental para o sucesso das estratégias e alcance de resultados pela sua qualificação, ética, profissionalismo e espírito público, sendo inspirado a superar obstáculos, conquistar novos patamares de excelência em sua atuação e adotar o acolhimento como prática e atitude de respeito na prestação de serviços públicos às pessoas.

RESULTADO ESPERADO:
Registro das despesas com
folha de pagamento dos
servidores públicos estaduais.

TEMAS TRANSVERSAIS



PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO DO GOVERNO DE GOIÁS

Em 19 de fevereiro de 2019, foi instituído o Programa de Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás (PCP), por meio do Decreto nº 9.406/2019.

O PCP é definido como o conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos. O PCP, cuja participação é obrigatória para os entes da administração direta e indireta, é composto por quatro eixos prioritários: Eixo I - Ética, Eixo II - Transparência, Eixo III - Responsabilização e Eixo IV - Gestão de Riscos.

Em 2022, a consultoria nos órgãos foi mantida, com expansão do escopo da gestão de riscos para os processos/áreas finalísticas, além de fornecer apoio na execução dos projetos prioritários e estratégicos de governo. Ao longo do ano, a CGE também promoveu oficinas de capacitação às Secretarias Executivas das pastas, no intuito de fortalecer e transferir conhecimento para que elas exerçam as atividades de 2ª linha na administração pública estadual, função que deve ser da própria organização.



I ÉTICA

- Capacitação
- Eventos internos (mais de 200)
- Publicações internas (quase 1.000)
- Conhecimento do código

II TRANSPARÊNCIA

- Capacitação
- Índice Goiás Mais Transparente
- Capacidade de resposta a manifestações
- Resolutividade das respostas

III RESPONSABILIZAÇÃO

- Capacitação
- Estruturação das áreas de correição
- Formento à celebração de TACs
- Atendimento das SAC

IV GESTÃO DE RISCOS

- Capacitação
- Capacitação de Alta Gestão
- Maturidade em GR

I – ÉTICA

A Controladoria-Geral do Estado - CGE, por meio do Ranking do Programa de Compliance Público - PCP, aplicou questionário sobre internalização do tema ética nos órgãos e entidades listados na Portaria no 22, de 09/02/2022, publicada no Diário Oficial no 23.740, de 16/2/2022. Como resultado, tem-se que o questionário foi respondido por 39.314 servidores (1.829 servidores a mais, quando comparado ao ano de 2021), e a média de internalização do tema ética evoluiu de 73,40 (2021) para 84 em 2022, resultado expressivo, visto que em 2021 as perguntas acerca da internalização do tema ética eram mais genéricas, sendo que em 2022 as perguntas se relacionaram com o conteúdo do Decreto no 9.837, de 2021, que institui o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

Dentro desse eixo, ainda destacam-se:

- 685 servidores capacitados na Escola de Governo, em curso EaD, com 16 horas, "Ética no Serviço Público com Clóvis de Barros Filho";
- videoconferência realizada entre a CGE-Goiás e a CGE-Santa Catarina para apresentação do Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração e da estratégia da consulta pública realizada quando da elaboração do Código de Ética goiano;
- uma palestra ministrada por este signatário em modalidade presencial, no dia 19/10/2022, das 9h às 11h, com carga horária de 2 horas, na Escola de Governo, em comemoração ao Mês do Servidor, com o tema "Ética na Administração: da teoria à prática".

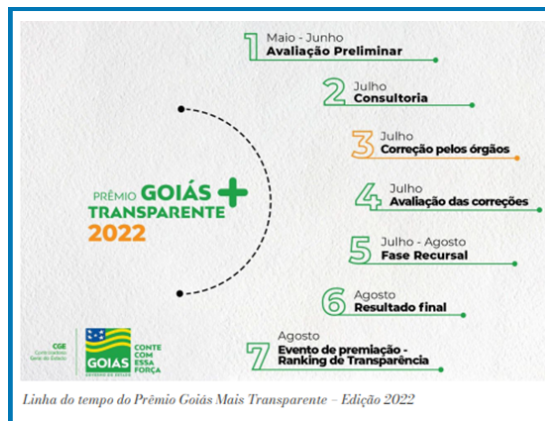
II - TRANSPARÊNCIA

O Governo de Goiás lançou o 4º Prêmio Goiás Mais Transparente – Edição 2022. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), participaram do prêmio todos os órgãos do Poder Executivo, que a cada ano investem em melhorias e em inovação dos portais de transparência. Em um novo formato, o prêmio contou com uma avaliação preliminar das páginas de acesso à informação para que os órgãos tivessem a oportunidade de corrigir os itens que porventura não estivessem de acordo com a metodologia, antes da avaliação e ranqueamento final.

O destaque da edição 2022 foi o aumento do índice de transparência de todas as páginas de acesso à informação dos órgãos estaduais.

Dos 49 participantes, 36 alcançaram 100% de conformidade das informações que devem ser divulgadas nos portais, avaliados pela metodologia da Associação Brasileira dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon). O prêmio tem o objetivo de aprimorar a transparência das informações prestadas aos cidadãos. Foram avaliadas as páginas de acesso à informação de 49 órgãos e entidades estaduais, sendo 37 da administração direta e 12 da administração indireta.

Para se ter uma ideia do avanço alcançado este ano, em 2021, apesar de atingirem uma média alta na transparência, somente três órgãos chegaram a 100% de conformidade, ante os 36 que obtiveram 100% neste ano.



Linha do tempo do Prêmio Goiás Mais Transparente - Edição 2022

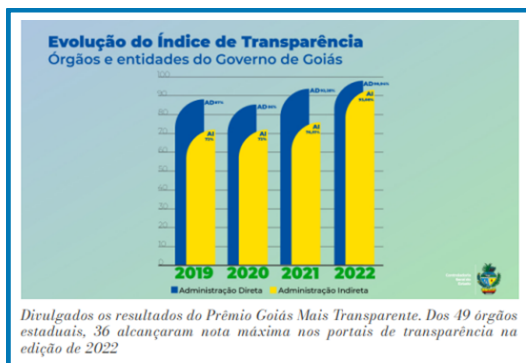
resoluções da Atricon, num total de 22 normas, o que configura um dos rankings mais rigorosos do Brasil. Em 2020, com a melhoria da metodologia realizada em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), nenhuma entidade atingiu 100%, sendo que a média de pontuação dos órgãos da administração direta foi de 86,37% e da administração indireta 72,11%. Os avanços registrados ao longo das quatro edições do Prêmio Goiás Mais Transparente refletiram na prestação de dados mais completos e confiáveis da administração estadual para a consulta de jornalistas, pesquisadores e da comunidade em geral. Confira os órgãos e entidades que alcançaram pontuação máxima na premiação.

Ranking de Transparência das Organizações Sociais

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) promoveu em 2022 o Ranking das Organizações Sociais, um projeto inovador que busca promover a total transparência das páginas de acesso à informação dos contratos de gestão firmados pelo governo de Goiás. O foco foi direcionado a um setor do Estado que executa recursos de mais de R\$ 3 bilhões por ano e que atende um aspecto vital da sociedade.

Essa primeira avaliação da transparência das OS em 2022 foi realizada em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e teve a cooperação da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Administração, que gerem esses contratos.

Os destaques ficaram para a Organização das Voluntárias de Goiás, OS ligada à Secretaria de Administração, que alcançou o índice de 82,62% e para a Secretaria de Estado da Saúde, que mesmo ampliando o número de OS de 16 para 27, aumentou também as notas das OS pelas quais são responsáveis, resultado de um grande esforço pela transparência do órgão, trabalho coordenado pela Superintendência de Performance. Com a sequência desse trabalho, a intenção é alcançar em breve os 100% de transparência em todas as páginas das OS geridas pelo Estado.



Na edição de 2022, dos 37 órgãos da administração direta, 29 alcançaram 100% de conformidade e a menor nota foi de 92,7%. Na administração indireta, de 12 órgãos e entidades, sete tiveram pontuação de 100%.

O prêmio leva em conta várias legislações correlatas à área, como a LAI Federal, LAI de Goiás e

Ranking de Transparência dos Contratos de Gestão (1ª avaliação/2022)		
Ord.	Organização Social	Índice
1	OVC- Programas Sociais	82,62%
2	CREDEQ - Centro Estadual de Referência e Excelência em Dependência Química	81,01%
3	HERSO - Hospital Estadual da Região Sudoeste	79,50%
4	Hospital de Campanha – Formosa	75,00%
5	Hospital de Campanha – São Luís	74,39%
6	Hospital de Campanha – Luziânia	73,17%
7	Hospital Estadual do Centro Norte Goiano	70,78%
8	HEANA - Hospital Estadual de Urgências de Anápolis	68,29%
9	HETRIN- Hospital Estadual de Urgências de Trindade	68,29%
10	HEELJ - Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime	65,24%
11	HDT - Hospital Estadual de Doenças Tropicais	63,11%
12	HDS - Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta	61,89%
13	CRER - Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação	61,68%
14	CEAP-SOL - Centro Estadual de Atenção Prolongada - Condomínio Solidarietà	61,59%
15	HUGOL - Hospital Estadual de Urgências Otávio Lage	61,59%
16	HMI - Hospital Estadual Materno-Infantil	60,98%
17	HEMNSL - Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes	58,54%
18	HEMOGO - Hemocentro Estadual	54,57%
19	HEAPA - Hospital Estadual de Urgências	54,55%
20	Complexo Regulador Estadual	52,44%
21	Policlínica Estadual da Região Nordeste	49,08%
22	HGG - Hospital Estadual Geral de Goiânia	45,73%
23	Policlínica Estadual da Região do São Patrício	36,02%
24	Policlínica Estadual da Região Sudoeste	35,63%
25	HEJA - Hospital Estadual de Jaraguá	27,91%
26	Policlínica Estadual da Região Oeste	23,85%
27	Policlínica Estadual da Região Rio Vermelho	21,54%
28	Policlínica Estadual da Região do Entorno do DF	14,12%

III - RESPONSABILIZAÇÃO

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA:

Foram celebrados, no ano de 2022, 42 Termos de Ajustamento de Conduta - TAC (até 21 de dezembro de 2022), uma produtividade quase 30% maior, quando comparado com o ano de 2021.

Nesse contexto, foi disponibilizado no Portal das Corregedorias da CGE página de acesso público nomeada "Tacômetro", nas quais são disponibilizados para qualquer público os dados referentes aos TACs firmados no Poder Executivo, tais como quantitativo por ano, por Pasta, o status dos TACS, tempo médio de

celebração, dentre outras informações gerenciais que possam subsidiar as estratégias de condução das atividades correcionais por parte das unidades correcionais dos órgãos e entidades, bem como da própria CGE.

Foram realizadas visitas técnicas na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS, Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA e Secretaria de Estado de Administração - SEAD, com o propósito de conhecer de perto a realidade dos mesmos e os desafios enfrentados pelos servidores que atuam no setor, de modo a poder contribuir para o fortalecimento da unidade correcional, em ação que aproxima o eixo III responsabilização com o eixo IV gestão de riscos.

RESPONSABILIZAÇÃO DE ENTES PRIVADOS:

Foram capacitados 245 servidores na Escola de Governo, em curso EaD, com 30 horas, "Programa de Compliance Público: Eixo 3 – Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas - Assíncrono - EaD".

No Portal das Corregedorias foram disponibilizados modelos de documentos utilizados para a condução do Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores - PAF e do Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR. Tratam-se de documentos padronizados e elaborados conforme legislação de regência, objetivando conferir ao Poder Público a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento do procedimento correcional, prevenindo a ocorrência de irregularidades e nulidades processuais.

A Instrução Normativa no 3/2021, que regulamenta o processo administrativo de responsabilização de fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas - PAF, foi atualizada para agregar boas práticas processuais e conforme orientações da Procuradoria-Geral do Estado. Nesse contexto, foi publicada a Instrução Normativa no 2/2022, que regulamenta o ato administrativo de instauração e da citação no Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, de sorte a conferir maior aplicabilidade da Lei Anticorrupção (18.672/2014).

RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS:

Foram capacitados 203 servidores na Escola de Governo, em curso EaD, com 20 horas, "Programa de Compliance Público: Eixo 3 - Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Assíncrono - EaD".

IV - GESTÃO DE RISCO

Consultoria em 45 órgãos/entidades todos os órgãos do Poder Executivo do Estado de Goiás;

Etapas da Consultoria: Constituição de Comitê Setorial de Compliance, emissão de Portaria de Política de Gestão de Riscos, definição de Matriz de Riscos, elaboração de Plano de Ação para implantação de ações de controle, baseado nos critérios de riscos previamente definidos, elaboração do Plano de comunicação de riscos, elaboração de relatórios de gerenciamento de riscos e de monitoramento das ações de controle.

Ferramenta Utilizada: Sistema SmartSheet. Trata-se de plataforma de gerenciamento de trabalho que permite a execução de tarefas de forma colaborativa, com acesso na web e em formato de planilhas. Ferramenta disponível a todos os órgãos/entidades, que elaboraram as respectivas matrizes de risco e planos de ação, bem como realizam o acompanhamento da evolução do processo de gerenciamento dos riscos. Permite a elaboração de painéis que auxiliam os gestores na tomada de decisões estratégicas.

Em 2019, 21 órgãos e entidades receberam a consultoria da CGE. O trabalho inicial de análise e gestão de riscos em cada pasta envolveu, no mínimo, as áreas de licitação, folha de pagamento e fiscalização de execução contratual.

Em 2020, foram incluídos 17 órgãos e entidades, totalizando 38 pastas que contaram com a consultoria da CGE. Neste ano, a CGE também fomentou a criação das Secretarias Executivas (ou Escritórios de Compliance) nos órgãos, para exercerem atividades de 2a linha, ou seja, apoiar os proprietários de riscos no gerenciamento de seus riscos, e ser a ligação entre estes e o Comitê Setorial (Alta Gestão).

Em 2021, houve a expansão da gestão de riscos para 45 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Nesse mesmo ano, foi implementado um modelo de monitoramento contínuo do gerenciamento de riscos. Esse monitoramento teve como objetivo emitir recomendações que visam melhorar a maturidade em gestão de riscos das pastas, bem como acompanhar a implementação das recomendações emitidas nas Auditorias Baseadas em Riscos (ABRs).

Em 2022, a consultoria nos órgãos foi mantida, com expansão do escopo da gestão de riscos para os processos/ áreas finalísticas, além de fornecer apoio na execução dos projetos prioritários e estratégicos de governo. Ao longo do ano, a CGE também promoveu oficinas de capacitação às Secretarias Executivas das pastas, no intuito de fortalecer e transferir conhecimento para que elas exerçam as atividades de 2a linha para a qual foram criadas na administração pública estadual, função que deve ser da própria organização.

Mais de 1,6 bilhões de economia com a GESTÃO DE RISCOS em 45 Pastas segundo informações dos proprietários de riscos.

Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás

Como forma de estimular uma competição saudável entre os órgãos do Poder Executivo e fomentar a implementação dos quatro eixos do Programa, a Controladoria-Geral do Estado - CGE promoveu em 2022 a 4ª edição do Ranking do Programa de Compliance Público.

O Ranking do PCP contou com a participação de 45 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e foi composto por quesitos referentes aos eixos ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos.

Entre os quesitos de pontuação foram observados pelos participantes do Ranking do PCP o número de servidores que foram certificados em compliance, com cursos de 180 horas; a divulgação sobre os quatro eixos do programa, que são ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos; aplicação e resultado de questionário sobre internalização do tema ética; e pontuação obtida no Prêmio Goiás Mais Transparente, que avalia os portais de transparência dos órgãos estaduais.



São 45 órgãos e entidades do Poder Executivo goiano disputando o ranking para estar entre os melhores na condução do maior programa de integridade dos governos estaduais do país. Em decorrência do período eleitoral, este ano os vencedores serão conhecidos no final de agosto.

Também foram pontuados o atendimento às recomendações decorrentes de Solicitação de Ação Corretiva (SAC) e de Informativo de Ação de Controle (IAC) emitidas pela CGE, bem como do atendimento às recomendações da CGE em licitações e aditivos contratuais; o estímulo à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com servidores, nas hipóteses permitidas por lei; a resolutividade das respostas às manifestações dos cidadãos à Ouvidoria dos órgãos e a avaliação da gestão de riscos corporativos.

Os participantes foram divididos em três grupos, de acordo com o número de servidores. Foram premiados os três melhores de cada grupo. Os destaques foram para a Secretaria de Estado da Administração – Sead; a Agência Goiana de Defesa Agropecuária – Agrodefesa e para a Goiás Previdência – GoiasPrev.

Grupo 3 (mais de 1.200 servidores)

- 1º lugar - Secretaria de Estado da Administração (Sead)
- 2º lugar - Secretaria de Estado da Economia (Economia)
- 3º lugar - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBM)

Grupo 2 (de 251 a 1.200 servidores)

- 1º lugar - Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa)
- 2º lugar - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)
- 3º lugar - Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra)

Grupo 1 (até 250 servidores)

- 1º lugar - Goiás Previdência (GoiasPrev)
- 2º lugar - Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (GoiasParcerias)
- 3º lugar - Secretaria de Estado da Casa Civil

Mesmo não participando da competição por ser a organizadora do Ranking, a CGE foi avaliada como os demais órgãos estaduais e com muito rigor, atingindo 91,38 % dos quesitos avaliados, o que daria a CGE o 1º lugar, o que foi um motivo de muita comemoração, quando houve a apresentação dos resultados em um evento ocorrido no início de novembro de 2022, no auditório Mauro Borges.

PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO MUNICIPAL (PCM)

Embora não conste no planejamento, consideramos importante apresentar os resultados do Programa de Compliance Público Municipal (PCM).

Levando em conta a experiência e os excelentes resultados obtidos no estado de Goiás com o Programa de Compliance Público (PCP), foi criado em 2022 o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). O programa é uma parceria da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGEGO), com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). O PCM é um programa para a gestão municipal assegurar a conformidade dos atos com padrões morais e legais, fomentando a gestão de riscos, a ética e a transparência, garantido o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos.

O objetivo do PCM é implementar dispositivos de integridade institucional e controle nos municípios goianos. A iniciativa demonstra a ambição e o comprometimento do Governo de Goiás ao levar boas práticas de transparência, participação cidadã e prevenção aos atos de corrupção para todas as esferas. Em 2022, na sua edição piloto, contou com a participação de 14 municípios goianos, sendo eles: Bela Vista de Goiás, Buriti Alegre, Campos Verdes, Cidade Ocidental, Goianésia, Goiânia, Inhumas, Itapuranga, Quirinópolis, Rio Quente Senador Canedo e Vianópolis. Ao todo foram capacitados 110 servidores municipais em Gestão de Risco; 252 em Ética; e 137 em Transparência e Ouvidoria. Além disso, 100% dos municípios participantes que não possuíam regulamentação da Lei de Acesso à Informação, a regulamentaram durante o programa.

INFORMAÇÕES

ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS



DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás - CGE executa seu orçamento na Unidade Orçamentária 1501 – Gabinete do Secretário Chefe da Controladoria-Geral do Estado.

Unidade Orçamentária

Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei nº 4.320/1964).

O Orçamento Público, diferentemente de um orçamento familiar ou de uma empresa privada, necessita de autorização legislativa, que acontece na forma de uma Lei Orçamentária Anual – LOA. Esta Lei é exclusiva para aprovar o Orçamento Geral do Estado, onde estão previstas todas as receitas e fixadas todas as despesas para o período de um ano, não podendo conter nenhuma outra matéria que não seja relacionada ao orçamento público.

O Orçamento Geral do Estado de Goiás para o ano de 2022 foi publicado no DIÁRIO OFICIAL / GO Nº 23.715 do dia 12 de janeiro de 2022, com a previsão orçamentária para a Controladoria Geral do Estado, no total de 50.510.000,00 (cinquenta milhões, quinhentos e dez mil reais).

Existe um jeito fácil, simples e divertido de conhecer o Orçamento Público. Divulgamos aqui a série de animação Orçamento Fácil, desenvolvida pelo Senado Federal, que está disponível nos links abaixo.

CLIQUE AQUI

Para ver a animação

CLIQUE AQUI

Para ver no YouTube



Previsão das Receitas

A CGE não possui receitas próprias, assim, as previsões de receitas no exercício de 2022 referem-se a transferências financeiras do Tesouro Estadual, no valor das despesas fixadas no orçamento.

Previsão das Despesas

As despesas só podem ser executadas como dispostas e classificadas na Lei Orçamentária, ou seja, se foi prevista no orçamento despesa em determinada ação e grupo de despesa o recurso não pode ser usado para pagar despesas de outra ação e grupo, a não ser que haja uma alteração no orçamento.

GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

- 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
- 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 4 - INVESTIMENTOS
- 5 - INVERSÕES FINANCEIRAS
- 6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Quando, decorrer do exercício, o valor orçado não é suficiente, o Poder Executivo está autorizado pela LOA, a alterações no orçamento por meio dos Créditos Adicionais Suplementares. Quando necessários os Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários, dependem de autorização legislativa.

No exercício de 2022, foram necessárias a abertura de Créditos Adicionais Suplementações e Créditos Adicionais Especiais, que representaram um acréscimo de 19% ao valor inicialmente orçado. Temos que 90% dos Créditos Adicionais Suplementares foram para pagamento de Pessoas e Encargos Sociais. Os Créditos Adicionais Especiais, com autorização legislativa via Lei nº 21.398/2022, foram para despesas com pessoal não previstas para esta CGE quando da elaboração do orçamento. Executamos (empenhamos) 96,5% do orçamento autorizado.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO EM 2022	
Valor Orçado (Dotação Inicial)	R\$ 50.510.000,00
Suplementações (-) Reduções	R\$ 9.232.968,91
Créditos Especiais	R\$ 370.000,00
Total despesa autorizada (Atualizada)	R\$ 60.112.968,91
% Acréscimos ao orçamento inicial (Dotação Adicional)	19,01%
Total despesa empenhada	R\$ 58.009.491,09
% orçamento executado	96,50%

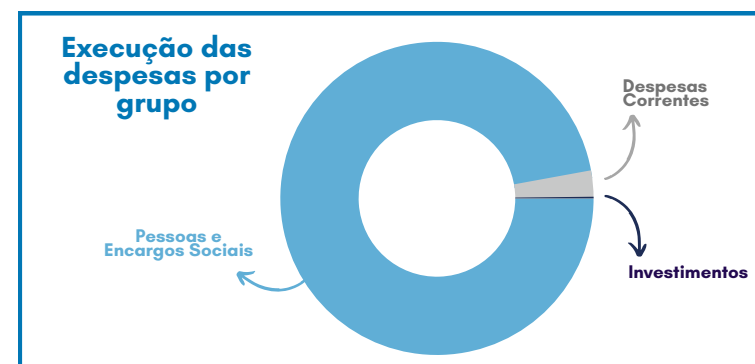
Créditos Adicionais

Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são classificados em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR GRUPO			
Grupos de Despesa	Total despesa empenhada	Total despesa paga	Restos a pagar
Pessoa e Encargos Sociais	R\$ 56.432.358,72	R\$ 56.432.358,72	R\$ 0,00
Despesas Correntes	R\$ 1.570.205,12	R\$ 1.525.736,16	R\$ 44.468,96
Investimentos	R\$ 6.927,25	R\$ 6.927,25	R\$ 0,00
Total	R\$ 58.009.491,09	R\$ 57.965.022,13	R\$ 44.468,96
%	100%	99,9%	0,1%

Fonte: Balanço Orçamentário 2022



Execução das Receitas

Como vimos no orçamento, as previsões de receita se referem a transferências do Tesouro Estadual, não sendo reconhecidas contabilmente como receitas. Assim, foram consideradas no Balanço Orçamentário, apenas receitas patrimoniais, eferente aos rendimentos financeiros provenientes de aplicação financeira de recursos disponíveis na Conta Única para pagamento das despesas da CGE. Traremos mais informações dessa receita quando tratarmos do Desempenho Financeiro (Balanço Financeiro).

Execução das Despesas por grupo de natureza da despesa

As despesas da CGE de maior expressividade são a do grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, representando mais de 97% do valor pago em 2022.

Déficit Orçamentário

A CGE sempre apresentará um Déficit orçamentário, visto que as transferências do Tesouro Estadual a esta CGE não são consideradas contabilmente como receitas.

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	
Receita Realizada	R\$ 26.801,41
Despesa Empenhada	R\$ 58.009.491,09
Déficit Orçamentário	- R\$ 57.982.689,68

Fonte: Balanço Orçamentário 2022

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Restos a pagar

Dos valores empenhados em 2022, o total pago no exercício representa 99,9% da despesa empenhada. Os valores que passaram como restos a pagar no exercício seguinte, se referem as despesas de dezembro, cuja fatura ou nota fiscal só é emitida no início do mês seguinte após a efetiva realização da despesa.

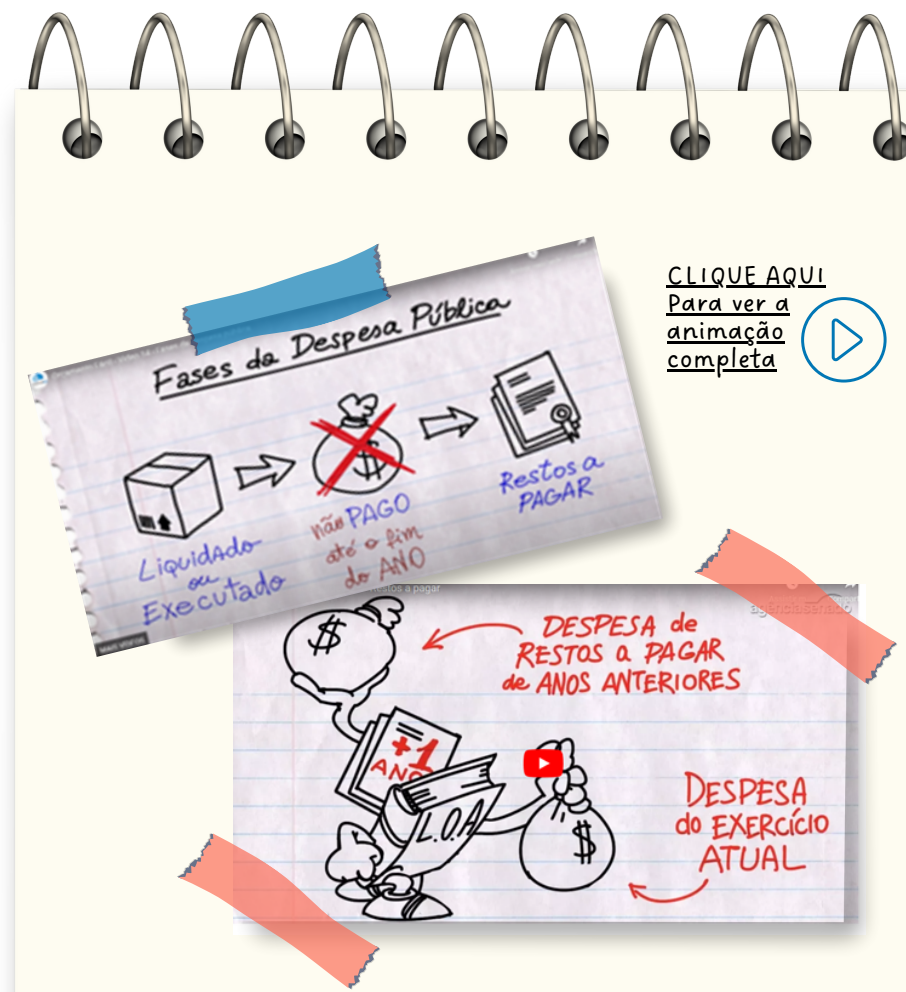
Além dos valores empenhados que passaram como restos a pagar, tivemos despesas referentes ao mês de dezembro de 2022 que passaram sem empenho e foram registradas contabilmente por competência no Sistema

GESTÃO DOS RESTOS A PAGAR 2022	
Empenhado	R\$ 58.009.491,09
Pago	R\$ 57.965.022,13
% pago	R\$ 1,00
Passou como restos a pagar	R\$ 44.468,96
Pagos no exercício seguinte	R\$ 28.416,20
Cancelou no exercício seguinte	R\$ 16.052,76
Saldo de restos a pagar	R\$ 0,00

Fonte: Balanço Orçamentário 2022

de Prestação de Contas – SPC (integrado ao Sistema de Contabilidade Geral – SCG). Essas despesas somam o valor total de R\$ 18.656,47, e foram reconhecidas contabilmente no Balanço Patrimonial nas contas de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo. São eles:

G4F Soluções Corporativas Ltda. (R\$ 14.823,56); CS Brasil Frotas SA (R\$ 3.811,76) e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE (R\$ 21,15). Essas despesas foram pagas em 2023 como Despesas de Exercícios Anteriores – DEA. Tivemos também, ao longo do exercício de 2022, pagamentos de DEA do exercício de 2021 com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, no valor de 131.802,19.



Gestão dos Restos a Pagar nos últimos 5 anos

As despesas empenhadas e não pagas dentro do próprio exercício, foram pagas ou canceladas no exercício seguinte, mostrando que esta Controladoria não possui restos a pagar na data desta prestação de contas.

Gestão dos restos a pagar nos últimos 5 anos							
	Empenhado	Pago	% pago	Passou como restos a pagar	Pagos no exercício seguinte	Cancelou no exercício seguinte	Saldo de restos a pagar
2018	R\$ 43.655.103,98	R\$ 42.414.282,17	97,16%	R\$ 1.240.821,81	R\$ 1.206.119,80	R\$ 34.702,01	R\$ 0,00
2019	R\$ 54.999.257,81	R\$ 54.742.067,52	99,53%	R\$ 257.190,29	R\$ 210.155,73	R\$ 47.034,56	R\$ 0,00
2020	R\$ 49.915.952,98	R\$ 49.783.670,69	99,73%	R\$ 132.282,29	R\$ 68.402,73	R\$ 63.879,56	R\$ 0,00
2021	R\$ 50.317.741,28	R\$ 49.810.227,58	98,99%	R\$ 507.513,70	R\$ 299.928,10	R\$ 207.585,60	R\$ 0,00
2022	R\$ 58.009.491,09	R\$ 57.965.022,13	99,92%	R\$ 44.468,96	R\$ 28.416,20	R\$ 16.052,76	R\$ 0,00

Fonte: Balanços Orçamentários e seus quadros complementares

Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, tiveram reduções expressivas após o ano de 2019. Apenas em 2018, que foi um ano atípico em virtude de uma grave crise fiscal que se encontrava o Estado de Goiás, as despesas com fornecedores e com a Folha de Pagamento dos meses de novembro e dezembro não foram empenhadas no exercício, mas somente empenhadas e pagas como DEA no início de 2019.

Valores pagos como Despesas de Exercícios Anteriores - DEA nos últimos 5 anos					
Anos	31909200 - Pessoal	31919200 - Fundo Previdenciário - Obrigação Patronal	33909200 - Outras Despesas Correntes	33919200 - Demais Despesas - Ipasso	Total no ano
2018	R\$ 150.050,13	R\$ 0,00	R\$ 81.672,58	R\$ 0,00	R\$ 231.722,71
2019	R\$ 4.955.652,40	R\$ 850.460,80	R\$ 88.148,27	R\$ 6.300,00	R\$ 5.900.561,47
2020	R\$ 45.590,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.590,90
2021	R\$ 80.976,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.976,32
2022	R\$ 131.802,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.802,19

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

Execução da Despesa por Estrutura Programática - programa e ação

Para produzir as informações que apresentaremos a seguir, utilizamos o o demonstrativo contábil intitulado de “Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Projeto/Atividade - Elaborado conforme o Anexo 11 da Lei 4.320/64 (emitido pelo Sistema de Contabilidade Geral do Estado – SCG).

Programa 1005 - Compliance Público / Ação 2006 - Controle e Correição

Neste programa / ação temos que foi executado 86% da despesa autorizada, que é o valor do orçamento após suplementações.

Execução orçamentária da ação Controle e Correição						
Ação	Valor Orçado (Dotação Inicial)	Suplementações (-) reduções	Total despesa autorizada (Atualizada)	Total despesa empenhada	Total despesa paga	Restos a pagar
Controle e Correição	R\$ 187.000,00	R\$ 138.000,00	R\$ 325.000,00	R\$ 279.648,61	R\$ 277.928,46	R\$ 1.720,15
%	100%	74%		86%	99%	1%

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

Os maiores gastos referem-se às capacitações no “Eixo Ética – Programa de Compliance Público”; “Consultoria em Auditoria” e no desenvolvimento do Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Correccionais – SISPAC.

Maiores Despesas Empenhadas e pagas na ação Controle e Correição		
Elementos de Despesa	Empenhadas	Pagas
Serviço de Treinamento	R\$ 151.335,00	R\$ 151.335,00
Manutenção, Suporte e Instalação de Softwares	R\$ 107.125,00	R\$ 105.404,85

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

Programa 1013 - Participação e Controle Social / Ação 2050 - Governo Aberto e Participação Cidadã

Neste programa / ação temos que foi executado 54% da despesa autorizada, que é o valor do orçamento após suplementações.

Execução orçamentária da ação Governo Aberto e Participação Cidadã						
Ação	Valor Orçado (Dotação Inicial)	Suplementações (-) reduções	Total despesa autorizada (Atualizada)	Total despesa empenhada	Total despesa paga	Restos a pagar
Governo Aberto e Participação Cidadã	R\$ 187.000,00	R\$ 688.000,00	R\$ 875.000,00	R\$ 474.995,51	R\$ 450.841,39	R\$ 24.154,12
%	100%	368%		54%	95%	5%

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320



Os gastos com “Prêmios” referem-se à premiação de escolas, professores e alunos participantes do projeto Estudantes de Atitude. Os gastos com Manutenção, Suporte e Instalação de Software estão relacionados ao desenvolvimento de sistemas para o Projeto: Estudantes de Atitude, Portal da Transparência e do Sistema de Ouvidoria

Maiores Despesas Empenhadas e pagas na ação Governo Aberto e Participação Cidadã		
Elementos de Despesa	Empenhadas	Pagas
Prêmios em Moeda Corrente	R\$ 188.000,00	R\$ 188.000,00
Manutenção, Suporte e Instalação de Softwares	R\$ 258.039,80	R\$ 233.885,68

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

Programa 4200 - Gestão e Manutenção / Ação 4243 - Gestão e Manutenção das Atividades

Este programa / ação executou 84% do orçamento destinado as despesas correntes. No item investimentos a execução orçamentária representou apenas 1% do previsto em virtude do adiamento da compra de computadores para 2023. Do total empenhado nesta ação, pagou-se 97%, passando 3% de restos a pagar.

Execução orçamentária da ação de Gestão e Manutenção por categoria econômica				
	Ação		Soma	%
	Gestão e Manutenção das Atividades - Despesas Correntes	Gestão e Manutenção das Atividades - Investimentos		
Valor Orçado (Dotação Inicial)	R\$ 626.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.126.000,00	100%
Suplementações (-) reduções	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 80.000,00	7%
Total despesa autorizada (Atualizada)	R\$ 706.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.206.000,00	
Total despesa empenhada	R\$ 591.970,77	R\$ 6.927,25	R\$ 598.898,02	50%
Total despesa paga	R\$ 573.376,08	R\$ 6.927,25	R\$ 580.303,33	97%
Restos a pagar	R\$ 18.594,69	R\$ 0,00	R\$ 18.594,69	3%
% Orçamento executado	84%	1%		

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

As despesas com estagiários - embora possa ser entendida como despesa com pessoal, estão contabilizadas na ação de Gestão e Manutenção das atividades, por tratar-se de contrato terceirizado - correspondendo a 40% do total empenhado nesta ação.

Elementos de Despesa	Empenhadas	Pagas
Estagiários	R\$ 235.586,67	R\$ 226.786,67

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

As 10 maiores despesas da ação de Gestão e Manutenção das Atividades em 2022 (sem considerar estagiários)

Elementos de Despesa	Empenhadas	Pagas
Passagens para outros Estados	R\$ 46.431,36	R\$ 45.486,15
Locação de meios de transporte	R\$ 41.643,73	R\$ 41.450,22
Hospedagens	R\$ 38.876,42	R\$ 37.177,55
Diárias no país	R\$ 23.850,00	R\$ 23.850,00
Serviço de telefonia fixa	R\$ 22.120,24	R\$ 21.910,67
Diárias no Estado	R\$ 22.075,00	R\$ 22.075,00
combustíveis	R\$ 21.546,66	R\$ 19.274,20
Serviços gráficos	R\$ 17.300,00	R\$ 17.300,00
Generos alimentícios	R\$ 16.043,00	R\$ 16.043,00
Serviços de cópias e reprodução de documentos	R\$ 16.031,80	R\$ 12.794,50

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

Os gastos com passagens, locação de meio de transporte, hospedagens e diárias relacionam-se com viagens empreendidas visando a execução dos Projetos Estudantes de Atitude, Embaixadores da Cidadania, Compliance Público Municipal e ainda com viagens de Representação Institucional da CGE.

As despesas com serviços gráficos refere-se à confecção de 700 unidades do livro “Transparência, Responsabilidade e Participação Democrática: Reflexões com base em conceitos e políticas públicas de Educação”, organizado pelo Controlador Geral Henrique Ziller, o subcontrolador Diego Ramalho, e os pesquisadores acadêmicos Isabela Almeida e Humberto Dantas.

Programa 4100 - Encargos da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos / Ação 4144 - Folha de Pagamento de Servidores Públicos

Neste programa / ação foi executado 99% da despesa autorizada, após suplementações. Todo valor empenhado foi pago dentro do exercício.

Execução orçamentária da ação Folha de Pagamento de Servidores Públicos				
	Ação		Soma	%
	Folha de Pagamento dos Servidores Públicos - Pessoal e Encargos Sociais	Folha de Pagamento dos Servidores Públicos - Outras Despesas Correntes		
Valor Orçado (Dotação Inicial)	R\$ 48.561.000,00	R\$ 449.000,00	R\$ 49.010.000,00	
Suplementações (-) reduções	R\$ 8.206.968,91	R\$ 120.000,00	R\$ 8.326.968,91	17%
Total despesa autorizada (Atualizada)	R\$ 56.767.968,91	R\$ 569.000,00	R\$ 57.336.968,91	
Total despesa empenhada	R\$ 56.432.358,72	R\$ 223.590,23	R\$ 56.655.948,95	99%
Total despesa paga	R\$ 56.432.358,72	R\$ 223.590,23	R\$ 56.655.948,95	100%
Restos a pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
% Orçamento executado	99%	39%		

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

As despesas da ação Folha de Pagamento de Servidores Públicos são, em sua maioria, executadas no Grupo 1 (Despesas com Pessoal e Encargos), apenas algumas pequenas despesas são executadas no Grupo 3 (Despesas correntes.).

Despesas com a Folha de Pagamentos Grupo 3 - Outras Despesas Correntes	
Auxílio Funeral	R\$ 3.872,70
Contribuições para o Credeq e Fedro	R\$ 2.190,00
Auxílio Alimentação Servidores Cíveis	R\$ 186.399,97
Auxílio Transporte Servidores Cíveis	R\$ 27.021,20
Contribuições ao Fundo de Capacitação do Servidor Público	R\$ 4.106,36
Soma Grupo 3	R\$ 223.590,23

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

IMPACTO DA FOLHA DE PAGAMENTO NO CUSTO DOS PROGRAMAS

Vimos no comparativo da evolução dos gastos nos últimos 5 anos, que a folha de pagamentos representa em torno de 98% do valor gasto anualmente, e que as ações finalísticas e de manutenção das atividades representam juntas 2%.

Considerando que a folha de pagamentos é um gasto com a remuneração dos servidores pelo desempenho dos trabalhos nas ações da CGE, sejam elas finalísticas ou de manutenção das atividades, esse valor pode ser totalmente alocado ao custo dessas ações.

Partindo deste pressuposto, fizemos no exercício de 2022 (ano de referência desta prestação de contas), uma distribuição do valor gasto com folha de pagamento ao custo das ações, a partir do percentual representativo dos rendimentos dos servidores que desempenham suas atividades ligadas diretamente a cada uma das ações, e um rateio valor dos rendimentos dos servidores que trabalham indiretamente com as ações, chegando aos percentuais que representam esses valores alocados.

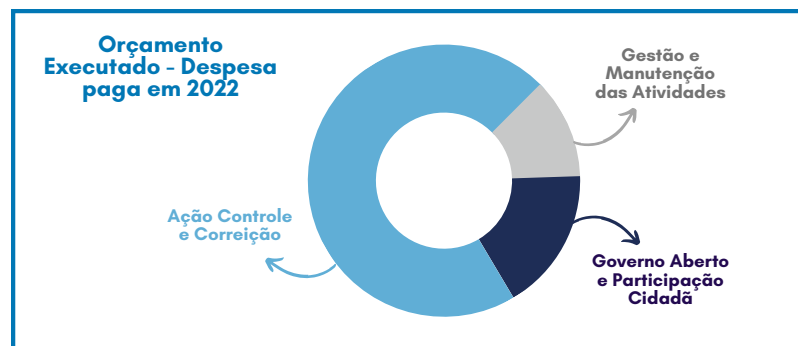
Assim, podemos afirmar que a ação Controle e Correição respondeu efetivamente por 71,85% do valor gasto com folha de pagamentos.

Aplicando esses percentuais ao valor total gasto no ano, o que inclui as demais despesas que não são com a folha de pagamentos, chegamos ao custo efetivo de cada Ação.

Valor total empenhado e pago na ação Folha de Pagamento de Servidores Públicos com rateio proporcional a cada ação		
Valor total empenhado e pago	%	R\$ 56.655.948,95
Governo Aberto e Participação Cidadã	16,745%	R\$ 9.487.038,65
Controle e Correição	71,857%	R\$ 40.711.265,24
Gestão e Manutenção das Atividades	11,398%	R\$ 6.457.645,06

Fonte: Valores dos salários dos servidores por departamento - Portal da Transparência e informações adicionais junto a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - GGDP

Orçamento Executado - Despesa paga em 2022				
	Total despesa paga	Gestão e Manutenção das Atividades	Ação Controle e Correição	Governo Aberto e Participação Cidadã
Folha de Pagamento	R\$ 56.655.948,95	R\$ 6.457.645,06	R\$ 40.711.265,24	R\$ 9.487.038,65
Demais despesas	R\$ 1.309.073,18	R\$ 580.303,33	R\$ 277.928,46	R\$ 450.841,39
Total despesa paga	R\$ 57.965.022,13	R\$ 7.037.948,39	R\$ 40.989.193,70	R\$ 9.937.880,04
Em percentuais	100%	12%	71%	17%



Concluimos assim que a maior concentração de recursos aplicados em 2022, está na Ação de Controle e Correição, seguidos da Ação de Governo Aberto e Participação Cidadã e da Ação Gestão e Manutenção das Atividades. O resultado apresentado está totalmente alinhado ao trabalho desenvolvido nessas áreas, onde as atividades de Controle e Correição são as de maior demanda e complexidade. Ressaltamos que todas as ações desenvolvidas por esta CGE em 2022, apresentaram os resultados esperados, no atingimento de dos objetivos pactuados no planejamento estratégico.

Comparativo da evolução dos gastos nos últimos 5 anos

Observamos uma diminuição dos gastos com Manutenção das atividades no ano de 2021, em função da Pandemia, o que praticamente paralisou quase a totalidade das atividades presenciais.

Observamos também, aumento das despesas com Folha no decorrer do quinquênio e consequente crescimento dos valores destinados às ações finalísticas. O aumento é decorrente de correções da inflação, ajustes salariais, chegada de novos servidores e, o mais importante, maior carga de trabalho, com expressivo aumento das entregas, a partir da adoção de melhores metodologias na consecução das atividades fim desta CGE.

Comparativo da execução orçamentária nos últimos 5 anos							
Orçamento Executado (valores empenhados)					% executado (empenhado) em relação ao valor total empenhado		
Anos	Valor total	Folha de Pagamento	Ações finalísticas	Gestão e Manutenção das Atividades	% Folha de Pagamento	% Ações finalísticas	% Manutenção das Atividades
2018	R\$ 43.655.103,98	R\$ 42.554.784,05	R\$ 319.842,27	R\$ 780.477,66	97%	1%	2%
2019	R\$ 54.999.257,81	R\$ 53.813.326,00	R\$ 402.615,72	R\$ 783.316,09	98%	1%	1%
2020	R\$ 49.915.952,98	R\$ 49.082.645,93	R\$ 456.192,48	R\$ 377.114,57	98%	1%	1%
2021	R\$ 50.317.741,28	R\$ 48.910.503,30	R\$ 514.177,56	R\$ 893.060,42	97%	1%	2%
2022	R\$ 58.009.491,09	R\$ 56.655.948,95	R\$ 754.644,12	R\$ 598.898,02	98%	1%	1%

Fonte: Demonstrativo Contábil emitido pelo SCG, na forma do Anexo 11 da Lei 4.320

DESEMPENHO FINANCEIRO

Ao analisarmos o desempenho financeiro devemos ter em mente que, assim como a maioria das entidades do setor público, o objetivo da CGE é a prestação de serviços à sociedade, e não a obtenção de lucros.

Em virtude dessa característica, a avaliação do desempenho orçamentário e de resultados se torna mais relevante, por evidenciar os custos das atividades desenvolvidas e a eficiência no cumprimento dos seus objetivos.

Toda movimentação de recursos desta Pasta está centralizada na Conta Única do Estado, sendo individualizados e controlados por meio de contas escriturais no Sistema de Contabilidade Geral do Estado – SCG.

Pontuamos que as receitas orçamentárias (rendimentos financeiros), foram transferidas ao Tesouro Estadual no final do exercício de 2022.

O resultado financeiro ao longo desses últimos 5 anos evidencia um equilíbrio financeiro, ocorrendo variações mínimas influenciadas pelo cronograma de repasses financeiros do Tesouro Estadual, para pagamento de nossas despesas.

Resultado Financeiro	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas Orçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 95.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 26.801,41
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 45.483.852,96	R\$ 55.961.829,47	R\$ 50.064.869,11	R\$ 49.869.630,31	R\$ 58.333.570,72
(+) Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 1.240.821,81	R\$ 257.190,29	R\$ 135.364,29	R\$ 507.513,70	R\$ 44.468,96
(-) Despesa Orçamentária	R\$ 43.655.103,98	R\$ 54.999.257,81	R\$ 49.915.952,98	R\$ 50.317.741,28	R\$ 58.009.491,09
(-) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 15.713,22	R\$ 26.062,38	R\$ 169.124,69	R\$ 0,00	R\$ 50.952,94
(-) Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 3.089.300,33	R\$ 1.209.201,80	R\$ 210.155,73	R\$ 68.402,73	R\$ 299.928,10
(=) Resultado Financeiro do Exercício	-R\$ 35.442,76	-R\$ 15.502,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 44.468,96

Fonte: Balanço Financeiro anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022

DESEMPENHO PATRIMONIAL

A CGE não possui imóveis sob sua responsabilidade. Como órgão público do Poder Executivo estadual tem suas instalações (sede) no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, não necessitando pagar aluguel, nem despesas de água, energia, limpeza e manutenção predial, despesas esta que estão a cargo da Administração do Palácio do Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Imobilizado

Compreende os bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade.

Neste contexto, pautando pela relevância da informação, demonstramos os valores do ativo imobilizado, que correspondem a 93% do valor total do ativo.

Patrimônio Líquido da CGE em 2022	
Soma dos Ativos	R\$ 1.190.788,25
Soma dos Passivos	R\$ 75.887,20
Patrimônio Líquido	R\$ 1.114.901,05

Fonte: Balanço Patrimonial 2022

Ativos: São as contas representativas dos bens e direitos da entidade

Passivos: São as contas representativas das obrigações da entidade

Patrimônio Líquido: É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Valores do Imobilizado - Bens móveis da CGE em 31 de dezembro de 2022	
Bens por Conta Analítica	Valores
Aparelhos de Medição e Orientação	R\$ 9,25
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 7.842,39
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	R\$ 252,54
Máquinas e Equipamentos Energéticos	R\$ 38.475,05
Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$ 376,50
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	R\$ 967,34
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 637.783,99
Equipamento de Tecnologia da Informação	R\$ 7.308,82
Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 13.506,79
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	R\$ 1.038,47
Mobiliário Geral	R\$ 385.593,71
Utensílios em Geral	R\$ 127,18
Coleções e Materiais Bibliográficos	R\$ 416,23
Equipamentos para Audio, Vídeo e Foto	R\$ 11.213,53
Veículos de diversos tipos não motorizados	R\$ 1.476,24
Total	R\$ 1.106.388,03

Fonte: Contas contábeis analíticas - Balancete de verificação mês de dezembro 2022 emitidos pelo SCG

Evolução do Imobilizado nos últimos 5 anos

Apresentamos no quadro abaixo, a evolução dos bens móveis dessa CGE, considerado as aquisições e outros fatores que impactaram no aumento deste valor no decorrer desses últimos cinco anos.

Agregamos na mesma coluna esses fatores, que foram a soma das incorporações e reavaliações*(pode ser para mais ou para menos), com a diminuição das baixas e depreciações.

Evolução dos bens móveis - Imobilizado nos últimos 5 anos						
Ano	Valor do Patrimônio no início do ano	Aquisições por compra (1)	Saldo das incorporações (-) baixas (+ou-) reavaliações (-) depreciações (2)	Acréscimos ao Patrimônio (1+2)	% de acréscimos ao Patrimônio no ano	Valor do patrimônio no final do ano
Saldo patrimonial no final do ano de 2017						R\$ 820.654,52
2018	R\$ 820.654,52	R\$ 18.530,65	-R\$ 390.418,09	-R\$ 408.948,74	-50%	R\$ 411.705,78
2019	R\$ 411.705,78	R\$ 2.966,88	R\$ 202.212,12	R\$ 205.179,00	50%	R\$ 616.884,78
2020	R\$ 616.884,78	R\$ 62.599,00	R\$ 81.254,55	R\$ 143.853,55	23%	R\$ 760.738,33
2021	R\$ 760.738,33	R\$ 66.440,00	R\$ 122.907,42	R\$ 189.347,42	25%	R\$ 950.085,75
2022	R\$ 950.085,75	R\$ 6.927,25	R\$ 149.375,03	R\$ 156.302,28	16%	R\$ 1.106.388,03

Fonte: Balanço Patrimonial e Balanço Orçamentário anos 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022

Em 2018 houve uma redução de 50% no valor dos bens móveis da CGE, em parte por reavaliações nos bens, que estavam com valor superior ao de mercado na época, e em parte, por dificuldades técnicas no levantamento do inventário, quando ocorreram equívocos na baixa de bens não localizados, porém os bens foram localizados e cadastrados posteriormente.

Os acréscimos ao patrimônio, nos anos seguintes, em parte se devem ao recadastramento de alguns bens baixados equivocadamente, e em grande parte se deve autorização recebida para cadastramento do mobiliário do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, e dos demais bens móveis de origem desconhecida que se encontravam nas dependências da CGE. Com esta ação voltamos a quantidade e valores que condizem com os imobilizados efetivamente disponíveis à esta Controladoria.

Ressaltamos que os bens móveis foram devidamente depreciados no ano de 2022, conforme Decreto nº 9.279/2018 e a Instrução Normativa nº 01/2020 SEAD e ECONOMIA e que os trabalhos desenvolvidos na gestão patrimonial da CGE seguem todos os preceitos estabelecidos pela Superintendência de Patrimônio do Estado (Supat) a quem compete a administração do patrimônio do Estado, expedindo orientações normativas para nortear a gestão do patrimônio móvel e imóvel do Estado.

Movimentação dos Estoques – Almoxarifado da CGE

O almoxarifado da CGE é composto por material de expediente, gêneros alimentícios, material para cozinha, material de limpeza, material de tecnologia da informação, material para manutenção de bens móveis e imóveis, material para eventos, entre outros.

Movimentação dos estoques - almoxarifado nos últimos 5 anos				
Ano	Valor inicial	Consumo	Reposição	Valor Final
2018	R\$ 33.989,79	R\$ 54.882,33	R\$ 54.501,21	R\$ 33.608,67
2019	R\$ 33.608,67	R\$ 34.260,97	R\$ 45.245,83	R\$ 44.593,53
2020	R\$ 44.593,53	R\$ 166.803,77	R\$ 145.524,20	R\$ 23.313,96
2021	R\$ 23.313,96	R\$ 195.977,35	R\$ 190.358,83	R\$ 17.695,44
2022	R\$ 17.695,44	R\$ 61.688,15	R\$ 63.317,30	R\$ 19.324,59

Fonte: Balancetes de Verificação emitidos pelo Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás - SCG

Nos anos de 2020 e 2021, transitaram na conta de almoxarifado, a aquisição de medalhas, troféus e premiações em dinheiro destinados aos Projetos Estudantes de Atitude e Embaixadores da Cidadania.

Isso em virtude da utilização da natureza de despesa 3.3.90.31.01 Prêmios, Medalhas e Troféus, na nota de empenho que pagou essas despesas. Essa natureza de despesa está vinculada a conta de almoxarifado no SIGMATE - Sistema de Gestão de Materiais.

Em 2022, foi criada uma nova natureza de despesa não vinculada a conta de almoxarifado, para premiações em dinheiro - 3.3.90.31.04 Prêmios em Moeda Corrente.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) da CGE foram emitidas pelo Sistema de Contabilidade Pública do Estado de Goiás - SCG, e estão de acordo com as regras estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 9ª Edição e demais normativos contábeis expedidos pela Superintendência Central de Contabilidade da Secretaria da Economia, que atua como órgão central de Contabilidade do Estado de Goiás, sendo responsável pela normatização contábil, consolidação das contas anuais e gestão do Serviço de Contabilidade do Estado.

A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre as demonstrações contábeis em seus artigos 101 a 106 e apresenta a estrutura para tais demonstrativos em seus anexos. Ressaltamos que a referida lei ainda está em vigência, sendo alterado apenas os seus anexos pela Portaria STN nº 438/2012, de forma que os Demonstrativos Contábeis apresentem informações não apenas com o viés orçamentário e sim com todos os fatos contábeis ocorridos na administração pública.

Compõe a prestação de contas da CGE as seguintes DCASP:

Anexos da Lei 4.320/1964 - Principais:

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário e quadros complementares
- Anexo 13 - Balanço Financeiro
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial e quadros complementares
- Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstrativo Sintético da Movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível

Demais Anexos e demonstrativos da Lei 4.320/1964 :

- Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
- Anexo 2 - Comparativo da Despesa Orçada, Autorizada e Realizada Segundo as Categorias Econômicas e Elementos de Despesas
- Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa Segundo as Funções
- Anexo 9 A - Demonstrativo da Despesa Realizada por Função, Programa, Fonte de Recurso e Categoria Econômica
- Anexo 10 - Demonstrativo de Ingressos e / ou Receitas Orçamentárias
- Anexo 10 A - Demonstrativo de Ingressos e / ou Receitas Orçamentárias - Todos os meses
- Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Projeto/Atividade
- Anexo 11 Resumo - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Projeto/Atividade
- Anexo 11 A - Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos
- Anexo 11 B - Demonstrativo de Reduções de Créditos
- Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Demonstrativo de Despesa a Pagar no Exercício

Demais Demonstrativos exigidos pela Resolução Normativa nº 005/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

- Demonstrativo Sintético da Movimentação do Almoxarifado
- Demonstrativo Sintético da Movimentação do Ativo Não Circulante Investimentos
- Demonstrativo Sintético das Obrigações Com Fornecedores
- Demonstrativo Sintético da Movimentação do Ativo Intangível e do Ativo Diferido
- Demonstrativo Sintético de Restos a Pagar
- Demonstrativo Sintético da Movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível
- As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) da CGE estão publicadas no site da CGE
- A Legislação e normas contábeis estão publicadas no Portal de Informações Contábeis

OUTROS TEMAS RELEVANTES

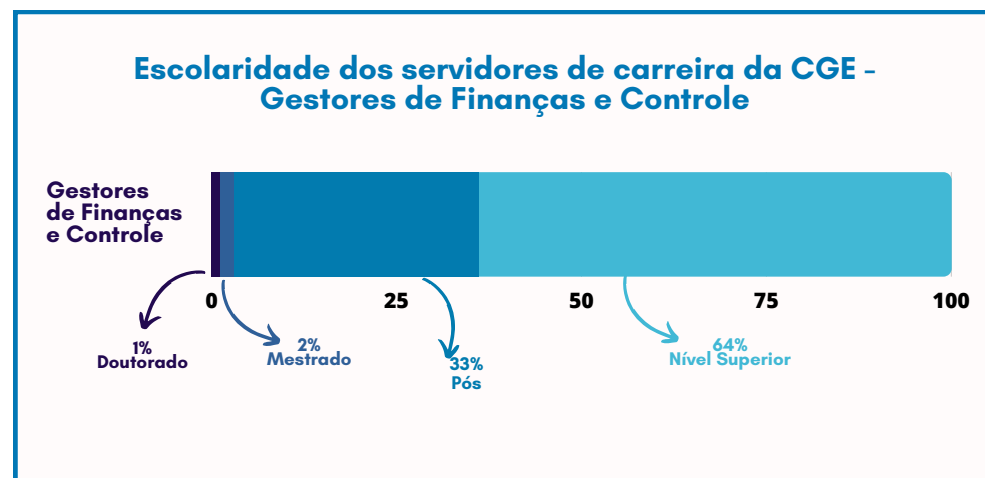


GESTÃO DE PESSOAS

Na CGE, os servidores são o elemento fundamental para o sucesso das estratégias e alcance de resultados pela sua qualificação, ética, profissionalismo e espírito público, sendo inspirado a superar obstáculos, conquistar novos patamares de excelência em sua atuação e adotar o acolhimento como prática e atitude de respeito na prestação de serviços públicos às pessoas.

A CGE possui quadro permanente de servidores, integrado pelo cargo efetivo de Gestor de Finanças e Controle.

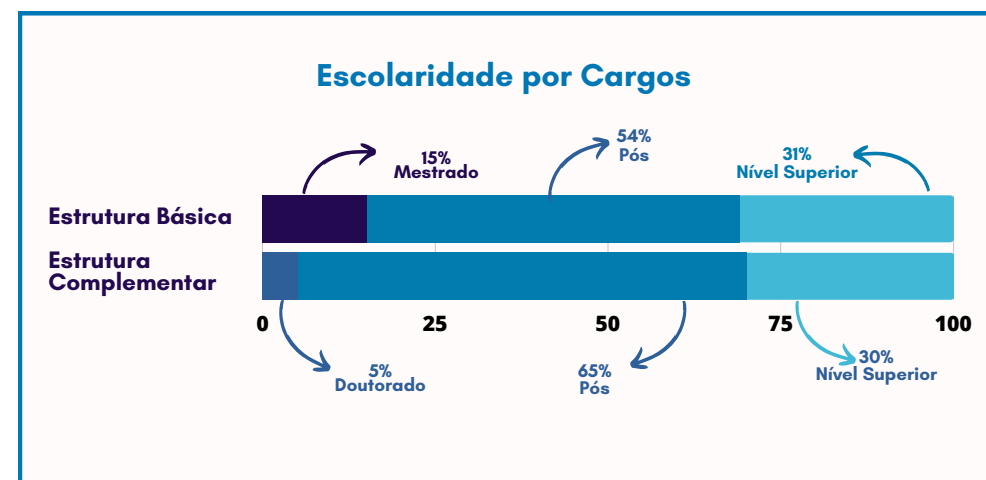
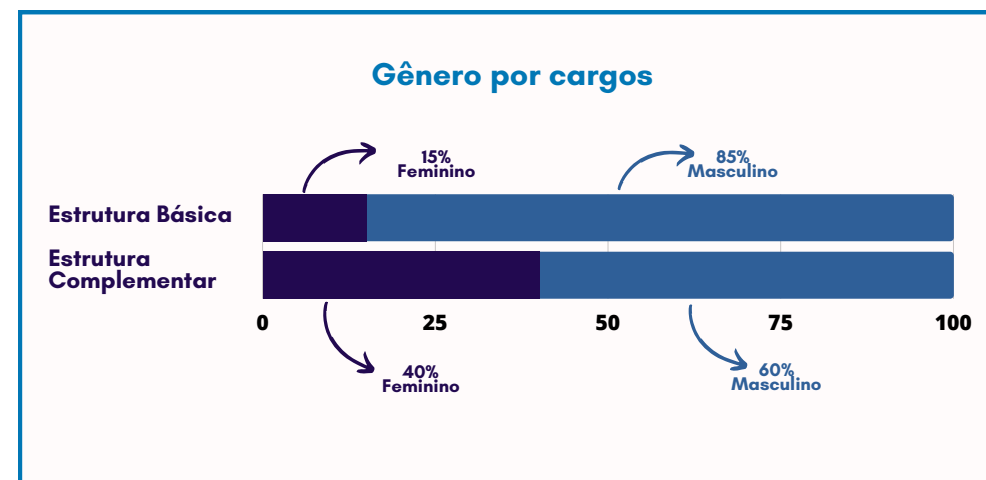
Atualmente, existem 155 Gestores de Finanças e Controle na ativa, destes, 106 lotados na CGE.



Além dos 106 Gestores de Finanças que compõe o quadro permanente, a CGE conta com 79 servidores de cargos diversos, perfazendo um total de 185 servidores em 2022.

A CGE conta com 13 Cargos da Estrutura Básica, definida pela Lei Orgânica da CGE e 20 Cargos da Estrutura Complementar, definida pelo seu Regulamento. 52% destes cargos são ocupados por servidores do quadro permanente da CGE.

Apresentamos as informações por Gênero e por Escolaridade, dos membros ocupantes dos cargos da estruturas básica e complementar.



A CGE possui dois objetivos estratégicos voltados a Gestão de Pessoas. São eles: Implantar a Gestão por Competências na organização e Promover Integração e Qualidade de Vida na Trabalho.

Gestão por Competências

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (GGDP) coordenou em 2022 a implementação da Gestão por Competências da CGE, que é composta pelas etapas de mapeamento; elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individuais; execução das ações planejadas e avaliação de desempenho.

Resultados em 2022:

90% GESTÃO POR COMPETÊNCIAS IMPLEMENTADA:

90% - Execução do Ciclo de Gestão por Competências para acompanhamento do desenvolvimento profissional dos servidores da CGE por meio de sistema informatizado;

90% - Criação de relatórios gerenciais para acompanhamento dos ciclos da Gestão por Competências;

Avaliação de Desempenho em teste.

Promoção da Integração e da Qualidade de Vida no Trabalho

A área de Gestão de Pessoas, conta desde de 2019, com o Projeto Integra CGE, que é um conjunto de ações que se destinam à capacitação e ao bem-estar de seus servidores.

Em 2022, realizamos diversos eventos celebrando datas comemorativas: Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Festa Junina, Dia Dos Pais, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Dia do Servidor Público, etc.



Festa Junina - CGE 2022: A CGE realizou, por meio da Comissão de Eventos e do Integra CGE, a festa junina 2022 - CGE. O evento foi realizado no dia 24/06/2022.

Outubro: mês do Servidor

Com organização da Superintendência de Gestão Integrada, foram realizadas, ao longo do mês, três oficinas para servidores da CGE: produção de desenhos em aquarela na Oficina de Arte; Oficina de Coloração Pessoal e oficina de Robótica. Essas ações fizeram parte do Mês do Servidor CGE, promovido pelo Projeto Integra.



O Integra CGE lançou campanha sobre comunicação durante os meses de julho, agosto e setembro de 2022, trabalhando intensamente em divulgação de pílulas e realização de encontros para debatermos sobre o tema, tais como: Comunicação no ambiente de trabalho; A importância do feedback; Você já ouviu falar sobre comunicação não-violenta? , Comunicação via de mão -dupla, etc; Campanha Assédio: Juntamente com o Comitê da Mulher da CGE, o Integra promoveu ações para levar aos servidores maiores informações sobre os tipos de assédio existentes abordando situações referentes ao assédio moral e sexual no trabalho e gestão de conflitos nas organizações.

Destinamos aos nossos servidores o Espaço ENTRE, que é naturalmente um convite para nos achegarmos e conversarmos sobre assuntos que extrapolem a imediatez de nossas rotinas de trabalho, para ampliarmos nossos horizontes compartilhando saberes e experiências, para aliviarmos a tensão e recarregarmos as baterias. A criação desse espaço resulta de uma compreensão do servidor público como sujeito suscetível ao ecossistema que

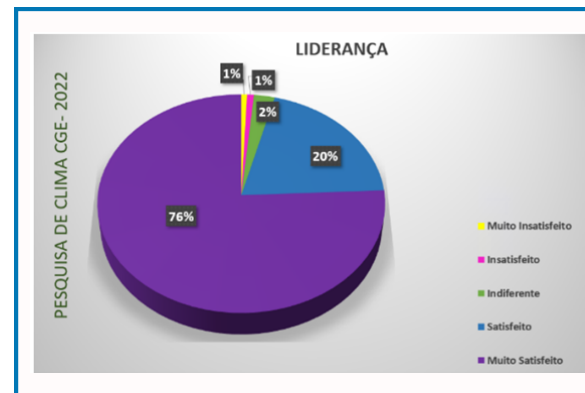


integra. Assim, ao trazermos um pouco de leveza e descontração para o ambiente onde passamos a maior parte de nossos dias, entendemos estar contribuindo com a qualidade de vida do servidor e consequentemente com a qualidade dos serviços prestados à comunidade



Projeto Doadores Voluntários: além da arrecadação mensal, fizemos, em outubro de 2022, uma campanha de arrecadação de brinquedos para os orfanatos de Hidrolândia e Goianira.

Em setembro realizamos uma Pesquisa de Clima Organizacional na CGE, que contou com a participação de 144 servidores (de 185 possíveis).



Foram medidos sete indicadores: infraestrutura e condições de trabalho; apoio e valorização do servidor; relacionamento com o grupo; liderança; capacitação e integração; comunicação; e satisfação no trabalho. Os índices foram considerados muito positivos, apontando 86% de satisfação em trabalhar na CGE.

Em uma demonstração de carinho, reconhecimento e valorização do trabalho dos servidores, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, ao final do ano de 2022, visitou sala por sala da Controladoria agradecendo ao desempenho de todos que, por executarem um “trabalho de excelência”, contribuíram para os bons resultados alcançados pelo governo de Goiás. Ziller repetiu a atitude que o caracterizou, do início de sua gestão na CGE, de dar atenção e cumprimentar cada colaborador pessoalmente, pedindo que todos continuem a se empenhar para entregar à população goiana o melhor trabalho possível.

Ziller agradece os colaboradores da CGE: “trabalho reflete no bom desempenho do governo”



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

As compras e contratações feitas pela CGE são realizadas com observância das exigências legais relativas a processos licitatórios.

Os pagamentos das obrigações relativas aos contratos firmados são precedidos de análise dos termos pactuados; da efetiva entrega dos produtos ou serviços; das condições de habilitação; da regularidade fiscal e da existência de possíveis fatos impeditivos relacionados ao fornecedor. Os desembolsos são acompanhados pelos gestores dos contratos.

Como ferramenta auxiliar para a gestão do processo de aquisição de bens utilizamos o Sistema de Compras do Estado de Goiás – ComprasNet/GO.

Com o advento da Lei nº 14.133/21 (nova Lei de Licitações), o referido sistema está gradativamente sendo substituído pelo Sistema de Logística do Estado de Goiás – Sislog. Este sistema possibilitará o pleno atendimento da nova Lei de Licitações, sobretudo no que se refere a transparência, publicidade e ampliação da competitividade nos certames licitatórios.

Os contratos firmados estão disponíveis no site oficial da CGE www.controladoria.go.gov.br – Licitações e Convênios.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2022, a área de Gestão de Tecnologia da Informação da CGE desenvolveu 11 Projetos de Sistema/Módulos, 06 Hotsites para eventos diversos, além de atender a 394 demandas avulsas de desenvolvimento e 1025 de suporte técnico.

O destaque vai para a criação do Sistema de Gestão de Inspeção e Auditoria, o primeiro no país a interagir com o Sistema Eletrônico de Protocolo (SEI).

O Sistema de Gestão de Inspeção e Auditoria começou a ser gestado em 2019. A ideia inicial era adaptar o sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Depois de análise técnica, verificou-se que seria impossível, pois o sistema estava em desenvolvimento e não era compatível com o SEI que gere os processos do governo goiano. “E todos os processos de Goiás já eram eletrônicos e realizados no SEI”, enfatiza Gustavo Gonçalves, gestor de Finanças e Controle que projetou o novo sistema.

O novo sistema entrou em operação como teste em 2021 e foi utilizado inicialmente pelos técnicos da inspeção. A experiência exitosa abriu caminho para que fosse encampado também pela área de auditoria. Ao importar documentos do SEI de forma amigável, a nova ferramenta evita retrabalhos. Outra vantagem do SGI é o controle de prazos das ordens de serviços, pois o sistema emite alertas e direciona o usuário para uma tela de trabalho para que sejam tratadas tempestivamente. O SGI está em fase de maturação e recebe atualizações para se modelar cada vez mais às necessidades da CGE. Sua implantação é feita por módulos e a próxima área a ser contemplada será a Gerência de Auditoria de Programas.



Gustavo Gonçalves, Gestor de Finanças e Controle que projetou o novo sistema

GESTÃO DO CONHECIMENTO

ARTIGOS PUBLICADOS - ACESSO À INFORMAÇÃO:

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) teve três artigos escolhidos para integrarem o livro “Lei de Acesso à Informação: itinerário de pesquisas, legados e perspectivas”. Os trabalhos enviados pela CGE apresentam resultados de projetos desenvolvidos pelo Governo de Goiás, voltados à ouvidoria e à transparência, que agora farão parte da publicação comemorativa aos 10 anos da LAI – Lei de Acesso à Informação. O lançamento da obra foi em 18 de maio 2022, em audiência pública no Congresso Nacional.

Os três artigos apresentados pela CGE e que venceram a seleção para integrar o livro tratam de projetos desenvolvidos pelo governo de Goiás entre 2019 e 2021.

- O primeiro trata do tema “Transparência Invasiva: possibilidades de atuação para maximização do engajamento cidadão no contexto da Lei de Acesso à Informação do Estado de Goiás”;
- O segundo trabalho aborda o tema “Bloqueio e Qualidade: mecanismos de aprimoramento do atendimento às solicitações de acesso à informação no âmbito do Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás”;
- O terceiro artigo aprovado para a obra trata do tema “Inteligência Artificial como ferramenta de acessibilidade à informação: o caso do Estado de Goiás”.

ARTIGOS DA CGE GOIÁS SÃO DESTAQUE DA REVISTA PARLAMENTO E SOCIEDADE:

Os artigos “Aprendizado em valores: a construção da cultura ética dos servidores públicos do Estado de Goiás”, de Henrique Moraes Ziller, Diego Ramalho Freitas e Tiago Valêncio de Melo e “Cidadania Digital: Avaliando Duas Políticas de Educação Cívica em Goiás”, de Maria Barretos e Marjorie Lynn foram publicados na Revista Parlamento e Sociedade.

A revista tem como eixo temático o campo das “Políticas Públicas e Poder Legislativo” e publica artigos de pesquisadores e pesquisadoras de áreas diversificadas das Ciências Humanas.

A íntegra dos artigos está nos links:

[Aprendizado em valores: a construção da cultura ética dos servidores públicos do Estado de Goiás](#)

[Cidadania Digital: Avaliando Duas Políticas de Educação Cívica em Goiás](#)

GESTÃO DE RISCOS NO GOVERNO DE GOIÁS É TEMA DE LIVRO LANÇADO POR INTEGRANTES DA CGE:

Publicado pela Editora Fórum, o livro, que tem apresentação do governador Ronaldo Caiado e prefácio de Fabrício Motta, é de autoria do controlador-geral do Estado de Goiás, Henrique Ziller e de três gestores de Finanças e Controle da Controladoria-Geral do Estado (CGE), órgão que coordena o Programa de Compliance Público. São eles Mara Nunes Borges, Luís Henrique Crispim e Adriano de Castro.

PROJETOS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DA CGE GOIÁS SÃO PREMIADOS EM CONCURSO NACIONAL DE INOVAÇÃO:

Os projetos Estudantes de Atitude e Embaixadores da Cidadania, coordenados pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com a Universidade Federal de Goiás, formam o Ecossistema de Participação Cidadã, um dos premiados entre 257 práticas inovadoras concorrentes ao 26º Concurso Inovação no Setor Público, da ENAP.

1º ENCONTRO ESTADUAL DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS E ESCRITÓRIOS DE COMPLIANCE COMPARTILHA EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS DO PCP:

Participaram cerca de 200 servidores que estão à frente do Programa de Compliance Público (PCP) nos órgãos e entidades estaduais e que receberam

informações sobre andamento e resultados dos quatro eixos do programa – ética, transparência. Foram abordados os objetivos do PCP, o resumo dos resultados por eixo e a atuação esperada dos membros dos escritórios de compliance e das secretarias executivas, bem como o compartilhamento de experiências e resultados positivos alcançados.

Foram realizadas ainda duas oficinas on-line, com os temas “Propósito da Gestão de Riscos e os modelos sugestivos de documentos da Gestão de Riscos” e “O Processo de Avaliação de Riscos da ISO 31.000/2018: Monitoramento, análise crítica, registro e relato”, cada uma com duas horas de duração.

CGE GOIÁS APRESENTA PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO PARA SECRETÁRIOS E GESTORES DO TOCANTINS:

De 11 a 13 de maio, servidores da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) ministraram o curso “Programa de Integridade e Gestão de Risco: práticas e experiências da CGE Goiás” aos membros do Comitê de Governança, Integridade e Risco (CGIR) da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins (CGE-TO), e aos membros do Conselho de Governança Pública, também do Tocantins (CGov-TO). O objetivo do curso foi capacitar os gestores e servidores tocantinenses nos modelos, práticas e experiências do Governo de Goiás na implantação e no sucesso do Programa de Compliance Público do Poder Executivo (PCP), o maior programa de integridade executado entre os estados brasileiros.

SEMINÁRIO DA CGE DISCUTE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), por meio do Grupo Especial Auditoria e Inspeção de Contratos (GEAIC) realizou o 2º Seminário de Gestão e Fiscalização Contratual. O evento reuniu gestores e fiscais de contratos dos órgãos estaduais; gerentes e responsáveis das áreas de licitação, aquisição, obras e compras, além de superintendentes de gestão integrada e servidores que atuam no Programa de Compliance Público (PCP). Foram abordados a parceria exitosa entre CGE/SEAD sendo o foco da atuação da Controladoria marcado essencialmente pelo trabalho preventivo, educativo e no diálogo com os gestores, o que gerou avanços e economia nas licitações e gestão dos contratos firmados pelo Estado. Na ocasião foi ressaltado o lançamento de um novo sistema de compras do Estado, o SISLOG, mais funcional, moderno e menos burocrático.

BOAS PRÁTICAS DAS OUVIDORIAS GOIANAS SÃO DESTAQUE NO 1º ENCONTRO NACIONAL DOS OUVIDORES DE SANEAMENTO:

A Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) realizaram em dezembro o 1º Encontro Nacional dos Ouvidores de Saneamento - Ouvidorias e



Parcerias Estratégicas, no teatro da Caesb, em Brasília (DF). O evento contou com uma palestra do ouvidor-geral de Goiás, Danilo Carvalho, que participou da mesa redonda “Boas práticas de Ouvidoria: experiências de sucesso pelo Brasil”.

O evento em Brasília teve como objetivo reunir especialistas em ouvidoria, gestores de call center e encarregados setoriais de dados do setor de saneamento, para o compartilhamento das melhores práticas empregadas atualmente, bem como estimular o debate quanto à importância de uma ouvidoria.

CARTA DE SERVIÇOS DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

A Carta de Serviços da CGE apresenta os seguintes serviços disponíveis no link:

[Acesse a Carta de Serviços da CGE](#)

Serviço 1. Consultar a existência de processo disciplinar instaurado ou em trâmite em face de servidor público estadual.

Este serviço disponibiliza ao usuário a informação sobre a existência ou não de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares relacionada a servidor público estadual em exercício ou no período em que este esteve em exercício na administração pública estadual. A existência ou não de processo administrativo disciplinar instaurado em face de servidor será atestada pela declaração emitida automaticamente pelo Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância (cuja alimentação se dá exclusivamente pelos órgãos e entidades do Poder Executivo) com a finalidade de subsidiar decisão sobre exoneração, aposentadoria voluntária de servidores, concessão de licença ou qualquer forma de afastamento, salvo por motivo de férias.

Serviço 2. Obter acesso à informação

Por meio do site www.transparencia.go.gov.br obtém-se acesso às informações do Poder Executivo Estadual, tais como, receitas, despesas, planejamento, orçamento, licitações, contratos, remuneração de servidores, convênios, repasses, benefícios, entre outros. Caso a informação desejada não esteja disponibilizada no Portal da Transparência do Estado de Goiás, o interessado poderá realizar um Pedido de Acesso à Informação pelo site www.cge.go.gov.br/ouvidoria ou presencialmente nos órgãos e unidades do Vapt- Vupt ou ligar no telefone 162.

[Acesse o Portal da Transparência](#)

Serviço 3. Prestar informações aos órgãos de imprensa e assessorias de comunicação

Prestação de informações solicitadas por veículo de comunicação, órgão privado, órgão público ou outra instituição.

Serviço 4. Realizar consulta quantitativa sobre processos administrativos disciplinares e sindicâncias dos órgãos e entidades

Disponibilização da quantidade de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

[Realizar consulta quantitativa sobre processos administrativos disciplinares](#)

Serviço 5. Realizar manifestação de ouvidoria

Serviço de registro de reclamações, denúncias, elogios, pedidos de acesso à informação ou sugestões referentes aos serviços públicos e ou ações de governo.

[Acesse a Carta de Serviços da CGE](#)

CUMPRIMENTO DE DECISÕES EXPEDIDAS PELO TCE-GO – TOMADAS DE CONTAS INSTAURADAS NO EXERCÍCIO

Não existe Tomada de Contas Especial no âmbito desta CGE, bem como não existiram determinações de controle interno (CGE) e externo (TCE) a serem cumpridas no ano de 2022.

ROL DE RESPONSÁVEIS

NOME	FUNÇÃO GERENCIAL	ATO FORMAL
Henrique Moraes Ziller	Secretário-Chefe da CGE	Nomeado por meio do Decreto de 15 de Janeiro de 2019 - Publicado no Diário Oficial (Suplemento) nº22.972 de 15/01/2019
Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho	chefe de Gabinete	Nomeada por meio do Decreto de 17 de Maio de 2021 - publicado no Diário Oficial nº 23.554 de 18/05/2021
Glauco Henrique Matwijkow de Freitas	Procurador Setorial	Nomeado por meio do Decreto de 27 de Janeiro de 2022 - Publicado no Diário Oficial (Suplemento) nº23.726 de 27/01/2022
Ricardo Gonçalves Santana	Titular da Comunicação Setorial	Nomeado por meio do Decreto de 27 de Fevereiro de 2019 - Publicado no Diário Oficial (Suplemento) nº23.003 de 27/02/2019
Antônio Fábio Jubé Ribeiro	Titular da Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica	Nomeado por meio do Decreto de 25 de Junho de 2019 - Publicado no Diário Oficial nº23.080 de 26/06/2019
Diego Ramalho Freitas	Subcontrolador de Governo Aberto e Participação Cidadã	Nomeado por meio do Decreto de 25 de Junho de 2019 - Publicado no Diário Oficial nº23.080 de 26/06/2019
Stella Maris Husni Franco	Subcontroladora de Controle Interno e Correição	Nomeada por meio do Decreto de 23 de Março de 2021 - Publicado no Diário Oficial nº23.517 de 23/03/2021
Ednílson Lins Rodrigues	Superintendente de Gestão Integrada	Nomeado por meio do Decreto de 17 de Janeiro de 2019 - Publicado no Diário Oficial nº22.974 de 17/01/2019
Danilo Borges Garcia Carvalho	Superintendente de Participação Cidadã	Nomeado por meio do Decreto de 22 de Outubro de 2020 - Publicado no Diário Oficial nº23.413 de 23/10/2020
Bruno Carvalho Cavalcante Rolim	Superintendente de Governo Aberto	Nomeado por meio do Decreto de 22 de Outubro de 2020 - Publicado no Diário Oficial nº 23.413 de 23/10/2020
Luís Henrique Crispim	Superintendente de Auditoria	Nomeado por meio do Decreto de 23 de Março de 2021 - Publicado no Diário Oficial (Suplemento) nº23.517 de 23/03/2021
Bruno Mendes Dias	Superintendente de Correição Administrativa	Nomeado por meio do Decreto de 10 Abril de 2019 - Publicado no Diário Oficial nº23.032 de 11/04/2019
Claudio Martins Correia	Superintendente de Inspeção	Nomeado por meio do Decreto de 25 de Junho de 2019 - Publicado no Diário Oficial nº23.080 de 26/06/2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos em 2022 foram testemunho da eficácia do nosso Planejamento Estratégico, que nos orientou de maneira assertiva na implementação dos nossos programas. Além disso, devemos reconhecer a dedicação exemplar dos nossos servidores, que nos permitiu alcançar e, em alguns casos, superar nossas metas estabelecidas.

Guiados pelos princípios de integridade, profissionalismo, efetividade, humanidade e sensibilidade, permanecemos firmes em nossa missão. Gostaríamos de convidar a todos para visitar nossa página oficial e, se possível, nos fazer uma visita pessoalmente. Assim, vocês terão a oportunidade de conhecer de perto o nosso trabalho e compartilhar de um momento agradável em nossa companhia, desfrutando de uma xícara de café.

Henrique Moraes Ziller

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado



CGE
Controladoria
Geral do Estado



Rua 82, nº 400 Ed. Palácio Pedro Ludovico
Teixeira, 3º andar - Setor Central
Goiânia – Goiás - CEP: 74.015-908
Atendimento: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00
Telefone: (62) 3201-5354
www.controladoria.go.gov.br -
controladoria@goias.gov.br